

Sumário

Número de notícias: 51 | Número de veículos: 37

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara aprova com folga arcabouço fiscal, em vitória para o governo Lula.....5

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: Deputados dizem que começam articulação com bancadas em junho
.....6

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Parecer da reforma tributária deve ser apresentado para grupo de trabalho no dia 6, diz relator
.....7

FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo pede vista e adia votação de projeto que prorroga desoneração da folha.....8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad espera concluir semestre com arcabouço fiscal votado nas duas Casas..... 10

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reunião foi boa porque firmou entendimento para votar marco fiscal e tributária, diz Haddad
..... 11

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacto contra Fome quer tirar 20 milhões de pessoas da extrema pobreza..... 12

VALOR ONLINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal vai demandar 'aumento permanente' da carga tributária, diz Marcos Lisboa
..... 13

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad: 'estou convencido de que a reforma tributária será votada na Câmara antes do
recesso'
..... 14

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que aprovação de reformas vai tranquilizar BC (Reforma tributária)..... 15

FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira e Pacheco indicam pressa em arcabouço, mas reagem contra 'desmonte regulatório'
..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara e Senado estão alinhados ao governo, dizem Lira e Pacheco.....17

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Não dá para cuidar dos pobres com juros neste tamanho, afirma ministro	18
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
É importante ainda neste semestre conseguirmos entregar esse marco fiscal, diz Pacheco	20
VALOR ONLINE REFORMA TRIBUTÁRIA	
Pacheco reitera que dará "celeridade" a arcabouço fiscal no Senado	22
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Pacheco reúne Haddad, Cajado, Lira e Campos Neto para discutir arcabouço	23
G1 - NACIONAL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Pedido de vista adia votação de projeto que propõe desoneração da folha de pagamentos até o fim de 2027	25
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Lira e Pacheco discutirão marco fiscal com Haddad, Campos Neto, Fiesp e Febraban	27
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Rivais ideológicos, PL e PSOL têm em comum a maior rejeição à regra	28
VALOR ONLINE - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
O problema do governo é o "day after" da votação da regra fiscal na Câmara - ANDREA JUBÉ	29
O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária: "economia vai ficar mais eficiente" com unificação de impostos, diz economista da FGV	31
PORTAL UOL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Arcabouço: Relator dribla pressão por mudanças às vésperas de votação	33
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad diz que discutiu no MDIC reforma tributária e incentivo à indústria	34
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Nível dos juros é inibidor dos objetivos do governo de aceleração de crescimento, diz Pacheco	35
G1 - NACIONAL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Pacheco diz que juros a 13,75% inibem ações de governo e queda não pode depender de reformas	36
VALOR ONLINE - BRASIL RECEITA FEDERAL DO BRASIL	

Contenciosos de taxação a consumo e renda somam R\$ 322 bi s3 só este ano.....	37
FOLHA ONLINE - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Frentes parlamentares do agro e serviços se unem por mudanças na reforma tributária	39
G1 - NACIONAL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Apesar de reivindicação de empresários, reforma tributária vai manter limites do Simples Nacional, diz Fazenda	41
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Artigo - Reforma tributária: a visão do comércio.....	43
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Presidente do Sindicerv: Apoiamos toda reforma que ajude a gerar emprego.....	45
PORTAL UOL - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Premiê japonês anuncia a Lula isenao de visto para brasileiros e empréstimo de R\$ 1 bilhão	47
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Arthur Lira debate proposta da reforma tributária com governadores.....	48
FOLHA ONLINE - SP REFORMA TRIBUTÁRIA	
A alíquota única deve prevalecer na reforma tributária? NÃO (Vander Costa).....	49
FOLHA ONLINE - SP REFORMA TRIBUTÁRIA	
A alíquota única deve prevalecer na reforma tributária? SIM (Roberto Luis Troster)	50
FOLHA ONLINE - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Arthur Lira diz que reforma tributária será votada antes do recesso, em julho.....	51
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Todos os setores da Fiesp foram convencidos de que o IVA Dual é o melhor imposto, diz Josué	52
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Meirelles: A complexidade tributária prejudica a produtividade da economia brasileira	53
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Relator defende reforma tributária ousada e que umbigo seja deixado de lado.....	54
FOLHA ONLINE - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária terá na prática cinco alíquotas de imposto, diz deputado (Reforma tributária)	55

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Não podemos, em nome de uma reforma tributária, matar a Federação , diz Caiado 56

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Com PEC 46 todos ganham e com 45 e 110 municípios perdem, diz prefeito de SP sobre tributária 57

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Discussão sobre queda de juros é técnica, não deve ser política, mas é legítima, diz Haddad 58

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

PL de Bolsonaro foi mais decisivo para avançar com arcabouço fiscal do que PSOL e Rede, que têm ministérios 59

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Chanceler do Japão diz ter esperança na reforma tributária brasileira para elevar investimentos 61

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pesquisa mostra que a maioria dos países do mundo adotou o IVA..... 62

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

'O governo terá desafio para dar sustentação ao regime fiscal' 64

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode ser divisor de águas para o Brasil, diz Gopinath, do FMI 66

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil tem a maior carga de impostos da América Latina e do Caribe 70

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz contar com reforma tributária e que zerará déficit com arcabouço..... 71

PORTAL UOL - COLUNA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira dá como terminado compromisso com Lula após ajuste fiscal e tributário 72

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin defende que reforma tributária precisa sair ainda em 2023 73

Câmara aprova com folga arcabouço fiscal, em vitória para o governo Lula

Do UOL, em Brasília

O plenário da Câmara aprovou na noite desta terça-feira, por 372 votos a 108, o texto-base do projeto que cria o novo arcabouço fiscal, principal medida econômica do governo Lula (PT). Deputados agora analisam as sugestões de alteração no texto.

Eram necessários ao menos 257 votos favoráveis para aprovar o texto. Concluída a análise na Câmara, o texto vai ao Senado Federal.

Relator do texto, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) conseguiu um acordo entre as bancadas para votar o projeto nesta noite. Ele fez alterações no relatório, e o entendimento foi firmado durante reunião de líderes nesta tarde na Residência Oficial da Câmara.

As bancadas do Novo e da federação Psol-Rede indicaram voto contrário ao texto.

O PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, liberou a bancada, devido à divergência de opiniões. No total, 30 deputados liberais votaram favoravelmente à medida.

Pleito de deputados de direita e do centrão foi acatado. A principal mudança aceita por Cajado foi em relação ao limite de crescimento real da dívida pública passe de 2,5%.

Fundo de educação e piso da enfermagem sujeitos ao teto de gastos. Mesmo após as críticas de governistas, o relator decidiu manter o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e o piso da enfermagem dentro do teto, seguindo as novas regras fiscais.

Trata-se de uma série de regras fiscais para o gasto federal. O arcabouço trabalharia em conjunto com a **reforma tributária** de acordo com a receita do governo Lula para o **PIB** aumentar.

A proposta é considerada vital para o crescimento da economia, por encorajar empresários a investir e levar à queda da taxa de juros.

Cajado passou os últimos dias visitando as bancadas, ouvindo sugestões de propostas para alterar o

relatório. Foram apresentadas 40 emendas. Mas a ideia era não mudar substancialmente o texto para viabilizar a votação do projeto ainda nesta semana.

Lira quis dar um sinal de força para negociar outras propostas econômicas, como a **reforma tributária**, que tem mais entraves no mercado. O presidente da Câmara escolheu a data para levar o texto ao plenário de olho em aumentar o placar da urgência da medida, que recebeu 367 votos favoráveis a 102 contrários, entre partidos de esquerda, do centrão e até da oposição.

Equipe de Lula vai avaliar quem foi fiel ao governo. O Palácio do Planalto também estará de olho em como cada deputado votou, porque quer descobrir quem pode integrar a base aliada nas próximas votações.

Mais cedo, Lira participou de um encontro com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Para conquistar votos do centrão, Cajado precisou fazer alterações no texto, como incluir sanções escalonadas em dois anos em caso de descumprimento da meta.

No primeiro ano, o governo fica proibido de: criar cargos que impliquem aumento de despesas; alterar estrutura de carreiras; criar auxílios; criar despesas obrigatórias e conceder benefício tributário.

No segundo ano de descumprimento, também ficam proibidos: reajustes de despesas com servidores, contratação de pessoal e realização de concurso público, exceto para reposições de cargos vagos.

Para agradar o governo Lula, Cajado blindou o salário mínimo e o tirou das novas regras. O Bolsa Família, por sua vez, não poderá ter aumento real (acima da **inflação**) em caso de descumprimento das metas.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/05/23/camara-arcabouco-fiscal.htm>

Reforma tributária: Deputados dizem que começam articulação com bancadas em junho

Brasília, 23

Após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e o coordenador do grupo de trabalho, Reginaldo Lopes (PT-MG), disseram que, depois da entrega do relatório no dia 6 de junho, eles começarão o trabalho de discussão do texto.

Estamos fazendo reunião permanente sobre tributária, ainda mais hoje que devemos votar arcabouço. Vamos apresentar relatório no dia 6 de junho, disse Ribeiro há pouco, ao deixar a reunião. Ele frisou que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que votará tributária antes do recesso parlamentar.

Estamos na última etapa, ouvindo governadores e setores, para depois apresentar relatório. A partir do dia 6 de junho, começamos a conversar com as bancadas, afirmou Lopes.

Apesar da importância estrutural da aprovação da **reforma tributária**, os dois deputados concordam que a prioridade neste momento é o arcabouço fiscal - e seguiram para a Câmara, para participar das discussões sobre o novo texto. A avaliação é de que a **reforma tributária** dará a sustentação necessária para a nova regra fiscal, ampliando a base de contribuintes e refletindo na arrecadação. A **reforma tributária** e nova âncora fiscal são complementares, disse Lopes.

Diálogo para relatório

De acordo com Ribeiro, os deputados seguem dialogando para um melhor resultado no relatório final. Na quarta-feira, haverá uma reunião sobre a Zona Franca de Manaus. Também há previsão de conversas com governadores e a Frente Nacional dos Prefeitos, já que há posicionamentos opostos em relação ao modelo do imposto de valor agregado (IVA) a ser adotado, se único ou dual.

Onde não houver consenso, vai prevalecer a vontade da maioria do parlamento, disse Ribeiro, reiterando que a **reforma tributária** é matéria de Estado, está madura e há sentimento de que o atual modelo já se

exauriu, inclusive pelo volume de litigioso.

Compromisso

Ribeiro participou mais cedo de almoço promovido pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que contou com a presença de Lira, Haddad e representantes do setor produtivo. Firmamos compromisso sobre importância da reforma, que vai reposicionar o País, disse.

Ele destacou a necessidade de se fazer ajustes no sistema, também por causa de mudanças no padrão de consumo, principalmente de serviços e frisou que é essa a discussão em curso no exterior e que o País não pode ficar à margem da integração global.

Lopes concordou e disse que a única forma de tributar economia digital é no destino. Se a gente não muda o sistema tributário, teremos sérios problemas fiscais no futuro, afirmou.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/05/23/reforma-tributaria-deputados-dizem-que-comecam-articulacao-com-bancadas-em-junho.htm>

Parecer da reforma tributária deve ser apresentado para grupo de trabalho no dia 6, diz relator

BRASÍLIA (Reuters) - O relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou nesta terça-feira que seu relatório deverá ser apresentado para o grupo de trabalho da proposta na Câmara dos Deputados até o dia 6 de junho.

A idéia é que a gente continue conversando com o Ministério (da Fazenda) para, nessa reta final, nós podermos endereçar os temas para finalizar o nosso relatório e apresentá-lo ao grupo de trabalho no dia 6 de junho, disse Ribeiro a jornalistas após reunião com o ministro da pasta, Fernando Haddad, no ministério.

O próprio presidente Arthur Lira falou que não entrará em recesso sem apreciar a **reforma tributária**, então a ideia é que logo em seguida (à apresentação) se tenha essa data definida, garantiu.

Ribeiro disse estar confiante no resultado da apreciação, por considerar que se trata de uma matéria de Estado e que, mesmo com discordâncias, tem amplo apoio.

Eu acho que ela está muito madura. Tem um sentimento geral no país de que o nosso sistema tributário está exaurido. Portanto, acho que esse consenso existe. Não vejo ninguém dizer que não é necessária uma **reforma tributária**, afirmou.

O relator também destacou que a reforma e o novo marco fiscal são medidas complementares para ampliar a arrecadação e administração de recursos públicos de forma mais sustentável.

Acho que a aprovação do arcabouço também vai ser muito importante para nós, afirmou, argumentando que a **reforma tributária** trará crescimento econômico à medida que possa proporcionar uma base mais ampla e aumente a arrecadação.

(Por Victor Borges)

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/05/23/parecer-da-reforma-tributaria-deve-ser-apresentado-para-grupo-de-trabalho-no-dia-6-diz-relator.htm>

Governo pede vista e adia votação de projeto que prorroga desoneração da folha

César Feitoza

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), pediu vista de um projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia até o fim de 2027 e adiou a votação da proposta na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado nesta terça-feira (23).

A decisão se deu após ministros do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresentarem divergência na discussão sobre a prorrogação do benefício tributário. Ao pedir vista, Wagner deixou claro que era contrário ao adiamento.

"Ainda não houve unidade no governo nesse sentido [...] Eu, no papel de líder do governo, tenho uma função e não vou fugir dela para dizer que peço vistas desse processo. Sei que não é só para retardar [a votação]. É uma tentativa de nós podermos chegar a algo mais próximo de um denominador comum", disse.

O adiamento da votação era um pedido do Ministério da Fazenda, comandado pelo ministro Fernando Haddad. A pasta defende que a desoneração seja discutida no âmbito da **reforma tributária**, com novo desenho.

Nas discussões travadas no Ministério da Fazenda, um modelo em estudo poderia desonerar pelo menos a parcela equivalente a um salário mínimo (R\$ 1.320) da remuneração dos trabalhadores de todos os setores da economia.

Em audiência na CAE do Senado, a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Almeida, afirmou que um benefício focalizado em poucos setores da economia não considera a situação macroeconômica do país.

"Uma proposta que debate um benefício tributário, um gasto tributário indireto focalizado apenas em determinados setores da economia não atende, do ponto de vista do Ministério da Fazenda, a todo o potencial que uma política tributária de desoneração da folha pode atender", disse.

Para o procurador-geral Adjunto Tributário, Moisés de Souza, a prorrogação da desoneração até 2027, como está na proposta aprovada no Senado, não "parece

ser o mais adequado, considerando que haverá uma nova discussão [sobre o tema] na **reforma tributária**".

"O apelo que nós fazemos é que se o projeto vá em frente, e há méritos nele, que haja uma revisão do prazo da prorrogação para permitir que haja uma revisão disso no contexto da **reforma tributária**", disse.

O autor da proposta, Efraim Filho (União Brasil-PB), criticou a posição do governo de adiar a discussão. Ele lembrou que, em 2021, a sanção da prorrogação da desoneração da folha se deu no último dia do ano, às 23h47.

Para ele, quanto antes houver segurança jurídica, mais os setores poderão se preparar para investir. "É abrir uma filial, contratar mais gente, tirar pais e mães da fila do desemprego", defendeu.

A proposta seria votada nesta terça em caráter terminativo na CAE do Senado e, se aprovada, seria levada à Câmara. Com o pedido de vista do governo, a votação deve ser realizada na próxima semana.

A desoneração da folha começou no governo Dilma Rousseff (PT), em 2011, e teve sucessivas prorrogações. Os setores desonerados deixam de pagar alíquota de 20% sobre os salários para a **Previdência Social** e outras contribuições e repassam de 1% a 4,5% da receita bruta como imposto.

A última prorrogação do benefício tributário ocorreu em 2021, e o prazo se encerra no fim deste ano.

O relator da proposta, senador Angelo Coronel (PSD-BA), fez uma alteração no texto original. No parecer, ele estabelece que os municípios com população inferior a 142.633 habitantes terão uma redução na alíquota da contribuição previdência sobre a folha de 20% para 8%.

Coronel diz que a medida não tem impacto nos cofres públicos e não precisa de uma contrapartida, porque "se trata de um aperfeiçoamento do pacto federativo". "A União deixa de arrecadar a contribuição dos municípios, tendo efeito líquido neutro ao setor público", defendeu.

Na prática, segundo representantes dos setores

beneficiados, a desoneração da folha incentiva contratações formais.

"A desoneração não significa renúncia fiscal, porém investimento. Nós teremos menores custos sociais, como o Bolsa Família, porque as pessoas vão estar trabalhando. Vamos reduzir o emprego informal e a pejetização, vamos ter geração de postos de trabalho, aumento de Imposto de Renda e aquecimento da economia", disse Vivien Suruagy, presidente da Feninfra (Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática), em audiência realizada na CAE do Senado antes da votação.

Os 17 setores beneficiados pela desoneração são: calçados, comunicação/jornalismo, call centers, serviço de tecnologia da informação, serviço de tecnologia de comunicação, confecção/vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/governo-pede-vista-e-adia-votacao-de-projeto-que-prorroga-desoneracao-da-folha.shtml>

Haddad espera concluir semestre com arcabouço fiscal votado nas duas Casas

Táisa Medeiros

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, após conversa na Residência Oficial do Senado, nesta terça-feira (23/5), que espera concluir o semestre com a Câmara dos Deputados e o Senado tendo votado o arcabouço fiscal.

"Isso me dá muita tranquilidade de saber que vamos concluir esse semestre, quem sabe, com a Câmara tendo se manifestado a respeito das duas matérias - **reforma tributária** e arcabouço fiscal - e o Senado pelo menos em termos do marco fiscal", disse. O ministro se disse impressionado com a conversa com as lideranças e reconhece que os relatores "angariaram a confiança do empresariado e da sociedade".

Segundo Haddad, há consenso em torno das duas pautas, e o diálogo entre a pasta e os parlamentares tem sido proveitoso. "Não houve uma única voz dissonante a respeito da urgência dessas duas matérias", garantiu.

O arcabouço fiscal teve urgência aprovada na última semana pela Câmara dos Deputados. Isso significa dizer que a matéria não precisará passar por comissões antes de chegar ao plenário, acelerando sua tramitação.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/05/5096557-haddad-espera-concluir-semester-com-arcabouco-fiscal-votado-nas-duas-casas.html>

Reunião foi boa porque firmou entendimento para votar marco fiscal e tributária, diz Haddad

Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a elogiar a reunião promovida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), nesta terça-feira, 23, quando retornou ao ministério, já no período da tarde. A reunião foi boa porque firmou entendimento para votar o marco fiscal e a **reforma tributária**, disse o ministro.

Questionado sobre a **reforma tributária**, Haddad afirmou estar convencido de que o tema será votado na Câmara ainda neste semestre, antes do recesso parlamentar, destacando que não tem ingerência sobre a agenda do Congresso.

Estamos fazendo um texto para ter mais de 308 votos (mínimo para aprovação de PEC), mas teremos mais (votos), disse Haddad.

Nesta terça-feira ele ainda vai receber os deputados Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator do texto na Câmara, e Reginaldo Lopes (PT-MG), presidente do grupo de trabalho que discute a matéria.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/23/reuniao-foi-boa-porque-firmou-entendimento-para-votar-marco-fiscal-e-tributaria-diz-haddad.htm>

Pacto contra Fome quer tirar 20 milhões de pessoas da extrema pobreza

Publicado em 23/05/2023 - 15:47 **Por Camila Boehm - Repórter da Agência Brasil - São Paulo**

Taxa de juros e ambiente de crescimento econômico adequados, aprovação do novo marco regulatório fiscal, da **reforma tributária** e da política do ganho real para o salário mínimo são metas integradas para a retirada de pessoas da pobreza, apontou o ministro Wellington Dias, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil.

A declaração foi dada nesta terça-feira (23) no lançamento do Pacto contra a Fome, movimento suprapartidário e multissetorial que tem o objetivo de erradicar a fome no Brasil até 2030 e reduzir o desperdício de alimentos no Brasil. O evento contou com a presença de lideranças do governo, academia, empresariado, entidades não governamentais e religiosas, entre outros.

Segundo o ministro, ainda este ano, com a implantação do pacto, cerca de 8,5 milhões de famílias, cerca de 20 milhões de pessoas, devem sair da extrema pobreza.

O movimento tem o objetivo de "engajar toda a sociedade para erradicar a fome de maneira estrutural e permanente e reduzir o desperdício em toda a cadeia de alimentos". Além disso, pretende que ninguém passe fome no Brasil até 2030 e, para 2040, que todos no país estejam bem alimentadas.

Segundo os organizadores, a atuação será feita por meio da articulação, da inteligência estratégica e do reconhecimento de boas práticas para construir pontes entre a sociedade civil organizada, o setor privado e o governo.

A ministra Simone Tebet, do Planejamento e Orçamento, também presente no evento, avalia que essa parceria entre os setores, dentro do Pacto Contra a Fome, é fundamental para erradicar a miséria e a fome no país. "Quando nós falamos de fome, nós não podemos esquecer que um Brasil que alimenta o mundo desperdiça quase que oito vezes o necessário para matar a fome, então nós temos que garantir uma rede junto com a sociedade civil organizada e o terceiro setor de cultura de conscientização em relação a isso."

Simone Tebet ressaltou que a fome é um problema complexo e que não é de fácil solução. "O governo federal tem recursos e orçamento para, através da assistência, garantir o Bolsa Família e toda rede de proteção às famílias", disse.

"Mas isso envolve algo mais, envolve não só fazermos o dever de casa, de termos políticas públicas eficientes para que os R\$ 160 bilhões do Bolsa Família possam chegar a quem realmente precisa, tirando do cadastro quem está ganhando de forma irregular, como acontecia no governo passado, portanto, evitar desperdício com o dinheiro público", acrescentou.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-05/pacto-contra-fome-quer-tirar-20-milhoes-de-pessoas-da%20extrema-pobreza>

Arcabouço fiscal vai demandar 'aumento permanente' da carga tributária, diz Marcos Lisboa

Por **Guilherme Pimenta**, Valor - Brasília

Por Guilherme Pimenta, Valor - Brasília

23/05/2023 15h34 Atualizado há uma hora

O economista Marcos Lisboa, ex-secretário de Política Econômica e ex-presidente do Insper, avalia que o projeto do novo arcabouço fiscal, para funcionar na prática, demandará um "aumento permanente e bastante alto da carga tributária", já que, em sua avaliação, pelos cálculos apresentados pelo governo, "a conta não fecha".

Ao participar de um almoço com parlamentares da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), Lisboa disse que a fórmula de aumento real do salário mínimo, divulgada pelo governo, somada ao reajuste real do salário dos **servidores públicos** e à indexação das despesas de saúde e educação à receita corrente dificultam que a nova regra seja colocada em prática e resulte nos objetivos desejados pelo governo.

O economista estima que, em seus cálculos, a carga tributária terá de crescer mais de R\$ 50 bilhões por ano para que a regra alcance os objetivos, com riscos de ainda assim a regra não funcionar. "Fico preocupado", disse.

Ele também apontou que, em sua avaliação, a proposta "dá muita folga de gastos este ano e ano que vem, e em 2025 a gente vê como faz". A dívida, disse ele, tende a subir para 80% ou 85% em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**). "É um número preocupante. País rico consegue, país pobre não consegue, e o Brasil está se esforçando muito para se tornar um país pobre", criticou o economista.

O governo e o deputado relator, Claudio Cajado (PP-BA), têm rebatido as estimativas de mercado e negam que o substitutivo apresentado, previsto para ser votado na quarta-feira, eleve as despesas nos próximos anos acima de R\$ 20 bilhões. Ainda assim, o relator disse na segunda-feira que fará "ajustes de redação" no texto para esclarecer dúvidas e estimativas de mercado.

Lisboa disse ser favorável à regra do teto de gastos, e argumentou que ela foi responsável por "parar a recessão do Brasil", que em sua avaliação começou em 2011, época na qual o governo da ex-presidente Dilma Rousseff pressionava o Banco Central para redução de juros.

No almoço com parlamentares, Lisboa também elogiou a proposta de **reforma tributária**. "A reforma do IVA revela o que pagamos de imposto e não sabemos que pagamos", considerou. "Claro que famílias mais ricas vão perder um pouco. A elite vai pagar mais imposto. Querem combater a desigualdade ou não?", apontou o economista.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/23/arcabouco-fiscal-vai-demandar-aumento-permanente-da-carga-tributaria-diz-marcos-lisboa.ghtml>

Haddad: 'estou convencido de que a reforma tributária será votada na Câmara antes do recesso'

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, projetou como certa a votação da **reforma tributária** na Câmara dos Deputados antes do recesso parlamentar de julho. No momento, o governo está articulando a aprovação do arcabouço fiscal.

Segundo Haddad, o objetivo é conseguir quórum equivalente ao de emenda constitucional (308 votos) para votação da reforma no sistema tributária. Esse patamar de aprovação garante que o tema não precise ser discutido novamente em um futuro próximo.

- Estou convencido de que votamos (a **reforma tributária**) antes do recesso, que vai para plenário, na Câmara. Estamos fazendo um texto para ter os 308 votos, na verdade para ter mais. No Senado, vai ter seus dias de debate.

Questionado sobre possível otimismo com a votação em margem elevada, Haddad disse:

- Claro, se não, não assumiria esse emprego

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/haddad-estou-convencido-de-que-a-reforma-tributaria-sera-votada-no-camara-antes-do-recesso.ghtml>

Haddad diz que aprovação de reformas vai tranquilizar BC (Reforma tributária)

Bernardo Caram

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta terça-feira (23) que o primeiro semestre deve chagar ao fim com a Câmara tendo aprovado o arcabouço fiscal e a **reforma tributária**, enquanto o Senado pode votar pelo menos a nova regra para as contas públicas, o que, segundo ele, dará tranquilidade a investidores e ao BC (Banco Central).

O prognóstico foi feito pelo ministro após dizer ter constatado, em reunião com autoridades e representantes do setor privado, que há consenso sobre a urgência da aprovação das duas reformas.

"Isso vai dar uma tranquilidade muito grande para os investidores, para a autoridade monetária e para os ministros do governo de que terão condições de trabalhar em proveito do bem-estar do país", afirmou.

Haddad participou de reunião na residência oficial do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que ainda contou com a participação do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Também estiveram no encontro para discutir o novo marco fiscal e a **reforma tributária** representantes da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e da Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

Haddad disse ter ficado bem impressionado com a discussão em torno das duas matérias, ressaltando que seu ministério não tem o que se queixar sobre o diálogo com o Congresso e o Judiciário em relação à agenda de equilíbrio das contas públicas.

Em entrevista após o encontro, Lira afirmou que conversará com líderes de bancada para definir se o arcabouço fiscal será votado já nesta terça (23) ou na quarta-feira (24) no plenário da Casa.

A discussão com as lideranças deverá servir para sondar o clima político para a aprovação da matéria, ou se alguma negociação de última hora ainda será necessária.

O relator da matéria, deputado Claudio Cajado (PP-BA), tem feito rodadas finais de consultas a

parlamentares antes de divulgar o parecer final que será apresentado para votação. Ele tem afirmado que é possível que ajustes sejam feitos no texto desde que haja consenso.

Pacheco, por sua vez, afirmou que o texto da regra fiscal receberá a devida celeridade assim que chegar à Casa depois que for aprovado pela Câmara.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/haddad-diz-que-aprovacao-de-reformas-vai-tranquilizar-bc.shtml>

Lira e Pacheco indicam pressa em arcabouço, mas reagem contra 'desmonte regulatório'

Lucas Marchesini

Os presidentes do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disseram que o Congresso Nacional não aceitará mudanças em temas aprovados recentemente no parlamento que não passem pelas duas Casas.

"Revisitar temas que Congresso votou há pouco tempo tem que acontecer no âmbito do Congresso. O governo tem sido informado disso", disse Lira em referência a três assuntos: a privatização da Eletrobras, os decretos que alteraram o Marco do Saneamento e a autonomia do Banco Central.

"Já enfrentamos esses temas e consideramos realidade nacional", avaliou Pacheco.

Os dois presidentes falaram ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), após um encontro entre os três, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, os relatores do novo Marco Fiscal, Cláudio Cajado (PP-BA), e da **reforma tributária**, Aginaldo Ribeiro (PP-PB), e empresários.

O recado faz referência a três movimentos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que não agradaram ao Congresso: as críticas à autonomia do BC, as mudanças por decreto nas regras de saneamento e a tentativa de reverter no STF um ponto da lei que privatizou a Eletrobras.

A derrubada de parte das mudanças nos decretos de saneamento já foi aprovada na Câmara e está em análise no Senado.

O encontro serviu para "marcar um momento de estabilidade e comunhão de esforços, uma relação muito sadia entre Legislativo e Executivo", apontou Pacheco.

De acordo com ele, há uma boa perspectiva de aprovação do arcabouço fiscal na Câmara e o projeto terá "a devida celeridade" no Senado.

Outro assunto debatido no encontro foi a **reforma tributária**. Nesse caso, destacou Haddad, a

expectativa da Fazenda é que o projeto seja aprovado na Câmara ainda no primeiro semestre.

A taxa de juros foi um tema "presente em boa parte da reunião", disse Lira. De acordo com Pacheco, era o "intuito de todos os presentes" viabilizar uma redução gradual da Selic.

O presidente do BC, presente no encontro, não participou do pronunciamento.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/lira-e-pacheco-indicam-pressa-em-arcabouco-mas-reagem-contra-desmonte-regulatorio.shtml>

Câmara e Senado estão alinhados ao governo, dizem Lira e Pacheco

Victor Correia

Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), declararam, nesta terça-feira (23/5), que ambas as Casas estão alinhadas com o governo na votação do arcabouço fiscal, prevista para amanhã (24), e da **reforma tributária**. Os parlamentares também reforçaram o posicionamento de que a revisão de pautas já aprovadas pelo Congresso, como o marco do saneamento, deve ocorrer apenas no âmbito do Legislativo, após derrota da base governista na tentativa de mudar a regulamentação.

Há o reconhecimento de uma realidade reformista do Congresso Nacional. Há uma harmonia entre o Senado e a Câmara nesse momento, e entre o Legislativo e o Executivo, frisou Pacheco em coletiva de imprensa após reunião com parlamentares, autoridades da área econômica e empresários, durante a manhã, na Residência Oficial da Presidência do Senado.

Também estavam presentes o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o secretário-executivo da Fazenda e indicado a cargo de diretor do Banco Central, Gabriel Galípolo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o relator do arcabouço fiscal, Cláudio Cajado (PP-BA), o relator da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Segundo Pacheco, houve um consenso entre todos os presentes sobre a necessidade de aprovação dos projetos de forma célere. O senador também se comprometeu a pautar as matérias rapidamente assim que elas forem aprovadas na Câmara dos Deputados. Entre os temas debatidos também estava a redução da taxa de juros que, segundo Pacheco, é uma prioridade para todos os presentes.

Lira ecoou a fala, e classificou a reunião de hoje como um dia simbólico. A Câmara e o Senado estarão juntos, trabalhando com o governo federal para que essas matérias possam ter sua aprovação o mais rapidamente possível, frisou o deputado. Ele se reunirá, durante a tarde, com lideranças da Casa Baixa para marcar a votação do arcabouço, prevista para amanhã. Questionado, no entanto, Lira respondeu que ainda não definiu a data.

Recados ao governo

Em sua fala, Pacheco também defendeu a autonomia do Banco Central e reforçou o recado de que o governo federal não terá sucesso em reverter medidas já aprovadas pelo Legislativo, como foi o caso do marco do saneamento. O Executivo tentou, por decreto presidencial, alterar alguns trechos do marco regulatório, e foi derrotado na Câmara.

De acordo com Pacheco, os parlamentares estão alinhados para atuar com tanto os novos projetos, que são conquistas que virão, e também com a manutenção de uma realidade recente do que o Congresso fez.

Lira, por sua vez, foi mais incisivo. A revisitação de temas que o Congresso votou há pouco tem que acontecer, quando acontecer, no âmbito do Congresso Nacional, disse o progressista. O presidente da Câmara afirmou ainda que tentativas externas de mudar os projetos aprovados não terão ecos nas duas Casas.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/politica/2023/05/509-6520-camara-e-senado-estao-alinhados-ao-governo-dizem-lira-e-pacheco.html>

Não dá para cuidar dos pobres com juros neste tamanho, afirma ministro

Agência Estado

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Wellington Dias, disse nesta terça-feira, 23, que o enfrentamento da pobreza é prejudicado pelos juros elevados, reforçando a pressão do governo por cortes da Selic pelo Banco Central (BC). Não dá para cuidar dos pobres com juros neste tamanho, declarou, durante discurso no lançamento do movimento Pacto Contra a Fome, uma iniciativa da sociedade civil que reúne organizações não governamentais, iniciativa privada e setor público com o objetivo de organizar ações conjuntas para erradicar a fome no Brasil até 2030.

Ao reivindicar que os juros voltem a um patamar mais adequado, Dias afirmou que aceitou ser ministro para tirar pessoas da pobreza e não para piorar a vida das famílias de baixa renda com mais endividamento.

Em seu discurso, o ministro destacou que o aumento do salário mínimo acima da **inflação** contribuiu para elevar a renda na base da pirâmide social e tirar mais gente da pobreza.

Com o reforço do Bolsa Família em junho, dado o acréscimo dos repasses de R\$ 50 a gestantes e crianças e adolescentes de sete a 18 anos, mais de 8,5 milhões de famílias sairão da extrema pobreza, também frisou o ministro.

Ele comentou ainda que o novo marco fiscal, substituto da regra do teto de gastos a ser votado na Câmara, vai melhorar as condições para o Brasil receber investimentos.

Assim como Dias, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, reforçou durante o evento o compromisso do governo no combate à fome, principal objetivo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse sentido, ela considerou a aprovação da **reforma tributária** fundamental para a geração de emprego e renda, diminuindo assim os índices de fome e miséria no País.

É fundamental uma **reforma tributária** que diminua a carga tributária do setor produtivo, para que nossas indústrias voltem a ser competitivas para garantir emprego e renda à população, disse Tebet.

Segundo a ministra, não falta dinheiro para o combate à fome, mas o Brasil gasta mal e não fez políticas públicas permanentes nos últimos anos para erradicar o problema. Colocamos, no Ministério do Desenvolvimento Social, R\$ 170 bilhões para o Bolsa Família. Não é possível que, ainda assim, tenhamos pessoas na fila do cadastro único, pontuou.

A ministra do Planejamento salientou que a missão designada pelo presidente Lula de incluir o pobre no orçamento está sendo executada com responsabilidade fiscal.

Depois de 30 anos, voltamos para o mapa da fome. A pergunta mais importante é: por que um País de dimensão continental, com solo que temos, com mão de obra, por que esse País tem um povo tão miserável, tem 8 milhões de crianças que dormem com barriguinhas vazias à noite? Não tivemos, nesses 30 anos, políticas públicas permanentes que façam o Brasil crescer sem deixar ninguém para trás, criticou Tebet.

Antes do discurso de Tebet, o ministro Wellington Dias cobrou que o Plano Safra não tenha financiamento direcionado apenas a grupos agrícolas exportadores, mas também à agricultura familiar, de modo a aumentar a oferta de alimentos para a mesa dos brasileiros.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Não dá para cuidar dos pobres com juros neste tamanho, afirma ministro

Site:

***[http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/05/
5096509-nao-da-para-cuidar-dos-pobres-com-juros-
neste-tamanho-afirma-ministro.html](http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/05/5096509-nao-da-para-cuidar-dos-pobres-com-juros-neste-tamanho-afirma-ministro.html)***

É importante ainda neste semestre conseguirmos entregar esse marco fiscal, diz Pacheco

Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou nesta terça-feira, 23, que existe boa perspectiva para os próximos dias com a votação do arcabouço fiscal na Câmara e, tão logo o projeto chegue ao Senado, será votado com celeridade. Importante entregar neste semestre o marco fiscal. E também o nosso grande anseio que é a **reforma tributária**, disse Pacheco, após reunião que promoveu integrantes do Executivo, Legislativo e setor produtivo, para discutir as pautas econômicas prioritárias do Congresso: o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária**.

Vamos dialogar dos temas mais importantes. O intuito é marcar momento de estabilidade, comunhão de esforços, entre Executivo e Legislativo, disse.

Pacheco ainda mencionou que temas que já passaram pelo crivo do Congresso não devem ser revisitados. O Congresso fez o marco do saneamento, a capitalização da Eletrobras, a autonomia do Banco Central. São temas que já enfrentamos e consideramos realidade nacional, disse.

O presidente do Senado também considera importante reconhecer a realidade reformista do Congresso e destacou que há harmonia entre Senado e Câmara.

O tema taxa de juros também foi discutido na reunião, que contou com a presença do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Estiveram no encontro também o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o líder Elmar Nascimento (União-BA), os relatores do projeto do arcabouço fiscal, Claudio Cajado (PP-BA), e da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Também estiveram o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o secretário-executivo da pasta, Gabriel Galípolo, e o presidente do BC, Roberto Campos Neto. A reunião contou ainda com a participação de representantes dos setores do agronegócio, indústria e mineração. Entre os empresários estavam Josué Gomes, da Coteminas, Benjamin Steinbruch, da CSN, Isac Sidney, da Febraban, e Flávio Rocha, da Riachuelo.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/23/e-importante-ainda-neste-semester-conseguirmos-entregar-esse-marco-fiscal-diz-pacheco.htm>

Pacheco reitera que dará "celeridade" a arcabouço fiscal no Senado

Por Estevão Taiar e Caetano Tonet, Valor - Brasília

Por Estevão Taiar e Caetano Tonet, Valor - Brasília

23/05/2023 14h12 Atualizado há 2 horas

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou nesta terça-feira (23) que cuidará "de dar a devida celeridade" ao novo arcabouço fiscal assim que o texto chegar para os senadores. A expectativa é que projeto seja votado na Câmara nesta semana.

"É muito importante ainda neste semestre entregarmos [a aprovação] desse projeto", disse depois de participar de reunião e almoço na residência oficial da presidência do Senado.

Segundo ele, "há boa perspectiva para [a aprovação do] arcabouço fiscal na Câmara dos Deputados nos próximos dias".

Além de Pacheco, estiveram presentes o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), os relatores do arcabouço fiscal, deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA), e da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, e empresários dos setores de construção, agronegócio, indústria e mineração.

Pacheco também destacou que o "grande anseio é o da **reforma tributária**", que é "o maior desafio que o Brasil tem". Ele ainda chamou atenção positivamente para a "harmonia" tanto entre Senado e Câmara dos Deputados quanto entre Executivo e Legislativo.

"É um momento de estabilidade, comunhão de esforços", disse. "Espero que depois dessa reunião nós podemos criar um ambiente de responsabilidade em relação às principais reformas."

Pacheco e Lira também destacaram que a taxa básica de juros esteve entre os assuntos discutidos com o presidente do BC.

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/05/23/pacheco-reitera-que-dara-celeridade-a-arcabouco-fiscal-no-senado.ghtml>

Pacheco reúne Haddad, Cajado, Lira e Campos Neto para discutir arcabouço

Victor Correia

O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), está reunido na manhã desta terça-feira (23/5) com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o relator do novo arcabouço fiscal na Câmara, Cláudio Cajado (PP-BA), além de outras lideranças do Congresso e do governo, para tratar da votação da matéria prevista para amanhã (24).

Entre os presentes estão o secretário-executivo da Fazenda e indicado a cargo de diretor do BC, Gabriel Galípolo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o ex-presidente da Casa Rodrigo Maia.

Também estão presentes representantes do setor econômico, como o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, e o presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Isaac Sidney. Além do novo marco fiscal, os presentes devem debater outros temas da área econômica, como a **reforma tributária** e a redução da taxa de juros.

A votação da matéria na Câmara será marcada ainda hoje, em reunião de lideranças da Casa prevista para a hora do almoço. A programação inicial é que o texto seja votado amanhã, e enviado ao Senado, onde também será votado rapidamente. Com as alterações feitas por Cajado para deixar o novo marco mais rígido do que a proposta inicial do governo, a expectativa é que a aprovação seja rápida.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/05/509>

***6481-pacheco-reune-haddad-cajado-lira-e-campos-neto-
para-discutir-arcabouco.html***

Pedido de vista adia votação de projeto que propõe desoneração da folha de pagamentos até o fim de 2027

Por Sara Resende e Beatriz Borges, TV Globo e g1

Um pedido de vista feito nesta terça-feira (23) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado adiou a votação do projeto que prorroga, até o fim de 2027, a desoneração da folha de pagamento das empresas dos 17 setores da economia que mais geram empregos no país.

A desoneração permite às empresas substituir a contribuição previdenciária de 20% sobre os salários dos empregados por uma alíquota sobre a receita bruta, que varia de 1% a 4,5%, de acordo com o serviço prestado (veja mais abaixo).

O texto está sendo analisado pela CAE em caráter terminativo. Ou seja, se aprovado, seguirá diretamente para a Câmara. A exceção se dará se algum senador apresentar recurso. Neste caso, o PL terá que passar pelo plenário do Senado.

A votação estava prevista para esta terça, mas foi adiada pelo pedido de vista do senador Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo, em nome da bancada. Ele se comprometeu a liberar o texto na próxima semana. Antes do adiamento da votação, o relator do projeto, senador Angelo Coronel (PSD-BA) leu o parecer.

O relator manteve o prazo da desoneração estabelecido inicialmente pelo autor da proposta, Efraim Filho (União-PB), até 31 de dezembro de 2027. E também incluiu uma mudança que reduz, de 20% para 8%, a alíquota da contribuição previdenciária paga pelos pequenos municípios.

Segundo o texto, a regra valerá para as cidades com menos de 142.633 habitantes, que não recebem a cota reserva do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O senador Angelo Coronel defendeu os benefícios que a desoneração pode trazer para essas regiões.

Tal medida atingiria mais de 3.000 municípios e mais de 40% da população brasileira. Em números, o governo federal deixaria de arrecadar R\$ 9 bilhões anualmente, valores reduzidos diante dos benefícios

aos demais entes federados, explicou Angelo Coronel.

Uma lei de 1991 determina que as empresas paguem, de forma mensal, um valor que corresponde a 20% sobre todas as remunerações que pagam aos empregados, com ou sem carteira assinada. Esse dinheiro que o governo arrecada vai para as áreas da **seguridade social** - previdência, assistência social e saúde.

Com o projeto, as empresas ficam autorizadas a substituir esse pagamento por uma tributação sobre a receita bruta, com alíquota entre 1% e 4,5%.

O texto prolonga a desoneração para os setores que mais empregam no país, como, por exemplo: construção civil; construção de obras de infraestrutura; transporte rodoviário, ferroviário e metroferroviário (metrô) de passageiros; call center; TI; jornalismo e rádio.

Segundo o senador Jaques Wagner (PT-BA), o pedido de vista tem objetivo de criar um consenso no governo sobre o tema.

Eu aqui, como líder do governo, não é necessariamente uma vontade própria, eu tenho que atender um apelo para poder ter unidade dentro dos ministros, porque já se manifestaram ministros de um jeito e de outro, e eu preciso construir, afirmou o senador.

Em uma audiência pública para discutir o tema, representantes do Ministério da Fazenda alegaram que a desoneração deveria ser discutida no âmbito da **reforma tributária** e defenderam um prazo menor para a medida.

À ocasião, o autor do projeto, senador Efraim Filho (União - PB), defendeu que ainda deve demorar até que o tema da desoneração seja discutido no âmbito da **reforma tributária**, e que a solução para este ano seria aprovar o projeto.

Eu acho que ninguém aqui tem a ilusão de ver uma **reforma tributária** concluída até 31 de dezembro

deste ano. Pode até acontecer a conclusão da parte do consumo, que é a primeira, mas o ministro Fernando Haddad tem dito, e com razão, que a discussão da desoneração da folha ela vai no debate sobre a renda, ou seja, que é um segundo momento que nem se iniciou ainda na Câmara. Então, para ficar muito claro para quem defende a desoneração da folha para este ano só existe um caminho que é o PL 334, de nossa autoria, a discussão da **reforma tributária**, provavelmente ela vai adiante , afirmou.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/23/pedido-de-vista-adia-votacao-de-projeto-que-propoe-desoneracao-da-folha-de-pagamentos-ate-o-fim-de-2027.shtml>

Lira e Pacheco discutirão marco fiscal com Haddad, Campos Neto, Fiesp e Febraban

Os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), discutirão na manhã desta terça-feira a proposta de novo marco fiscal com representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), informou a assessoria de imprensa de Pacheco.

O encontro, marcado para 11h, acontecerá na residência oficial de Pacheco, em Brasília, e também contará com a presença do relator da proposta na Câmara, deputado Claudio Cajado (PP-BA), além do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. De acordo com a assessoria de Pacheco, outros representantes do setor produtivo também devem participar.

Após a reunião, Cajado deverá apresentar o texto do novo marco fiscal com eventuais mudanças ao colégio de líderes da Câmara, às 12h30, e daí deverá sair a definição se a matéria será votada no plenário da Casa ainda nesta terça ou na quarta.

Ainda segundo a assessoria do presidente do Senado, a reunião deverá ter também como tema a **reforma tributária**, apontada como prioritária pela equipe econômica encabeçada por Haddad. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem manifestado a intenção de votar as alterações no sistema de **impostos** ainda neste primeiro semestre na Câmara.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Lira e Pacheco discutirão marco fiscal com Haddad, Campos Neto, Fiesp e Febraban

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/lira-e-pacheco-discutirao-marco-fiscal-com-haddad-campos-neto-fiesp-e-febraban,0ccf8f62947ede5f5ed454d29ab55900gj040agh.html>

Rivais ideológicos, PL e PSOL têm em comum a maior rejeição à regra

Brasília e São Paulo

O Placar do Arcabouço Fiscal, levantamento do Estadão, mostra que dois partidos, apesar de seu antagonismo ideológico, têm em comum a maior rejeição ao projeto. A maior parte dos deputados contrários é das bancadas do PL (de oposição) e do PSOL (da base do governo). Já entre os favoráveis está em peso a bancada do PT, além de deputados do MDB, do PSD, do PCdoB, do PP, do PV, do Podemos, do Solidariedade e da União Brasil.

Como mostrou o Estadão, aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso trabalham para usar a votação da nova regra de controle das contas públicas como uma amostra de que o governo é capaz de aprovar a **reforma tributária** ainda neste ano e, assim, reverter a imagem de base fraca deixada pela derrota com os decretos do saneamento.

Mexidas no texto

O relatório de Cláudio Cajado (PP-BA) endureceu o texto elaborado pelo Ministério da Fazenda ao incluir sanções caso o governo descumpra a meta fiscal estipulada, tornando obrigatório que o gestor acione os mecanismos de contenção de despesas para corrigir a rota, como a proibição de reajuste acima da **inflação** e a abertura de concursos públicos.

O relator também tirou da lista de exceções ao limite de controle de gastos medidas como o piso da enfermagem e a capitalização de estatais não financeiras. Por outro lado, foram incluídos dispositivos que permitem ao governo gastar mais na largada da nova regra, em 2024 e 2025, como mostrou o Estadão.

Cajado afirmou que qualquer mudança no texto só será acatada mediante amplo acordo das lideranças partidárias. Chegar a esse texto não foi fácil. Então vou dividir isso com o colégio de líderes, com o governo e com o próprio Arthur Lira (PP-AL), afirmou em entrevista ao Estadão. Por enquanto, PSOL, Novo, PL e União Brasil já protocolaram pedidos de alteração no relatório de Cajado, apresentado na segunda-feira da semana passada, 15, e com a expectativa de ser votado em plenário entre hoje e amanhã.

‘Mais aperto’

Sem citar valores, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que o relatório contém alterações que tornam a regra mais apertada a médio e longo prazos. Uma das razões é a inclusão no limite do novo teto de gastos das despesas para o Fundeb, fundo para a educação básica. A valor presente, o espaço é negativo, disse Ceron, que não quis mostrar, porém, de quanto seria a diminuição do espaço fiscal. Ele citou um prazo entre 2026 e 2027.

A fala do secretário foi feita quando ele criticava projeções de economistas do mercado de que mexidas do relator abriram um espaço maior de R\$ 80 bilhões para despesas nos primeiros anos de funcionamento da nova regra fiscal para as contas públicas.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Notícias Relacionadas:

O ESTADO DE S. PAULO
Rivais ideológicos, PL e PSOL têm em comum a maior rejeição à regra

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/05/23/rivais-ideologicos-pl-e-psol-tem-em-comum-a-maior-rejeicao-a-regra.htm>

O problema do governo é o "day after" da votação da regra fiscal na Câmara - ANDREA JUBÉ

ANDREA JUBÉ

As apostas responsáveis voltam-se para a aprovação do relatório do deputado Cláudio Cajado (PP-BA) sobre a nova regra fiscal na sessão plenária desta quarta-feira na Câmara. Proposta em que o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), empenhou seu capital político para caminhar com o governo na matéria. "O novo regime fiscal é prioridade para o desenvolvimento econômico e social do país", escreveu Lira em seu perfil no Twitter no dia 15.

Dois dias depois, o plenário da Casa aprovou o regime de urgência para o projeto. O placar foi expressivo: 367 votos a favor, 102 contrários e uma abstenção, e com adesões relevantes da oposição. O PL do presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, que orientou contra a matéria, entregou 29 votos. Desse total, o governo acredita que terá 25 ou 26 votos "permanentes" da dissidência do PL em outros projetos.

Voltando ao arcabouço, o mesmo placar da urgência, entretanto, dificilmente se repetirá na votação do mérito da proposta. Até porque circulava na noite desta segunda-feira entre os líderes da Câmara que o deputado Cláudio Cajado cogitava endurecer alguns gatilhos previstos no texto.

Na semana passada, o presidente nacional do Progressistas (PP) e líder da minoria, senador Ciro Nogueira (PI), adiantou em entrevista ao Valor que alertaria Arthur Lira e Cajado, que é seu correligionário, que o relatório tinha muitas "pontas soltas", e daria "sinalização ruim" ao mercado.

Nessa conjuntura, a previsão realista é de que a proposta da nova regra fiscal das contas públicas seja aprovada na madrugada de quarta para quinta-feira na Câmara, mas com turbulência.

Se não vai repetir o placar da análise da urgência, o resultado mostrou que o governo tem gordura para queimar, já que bastam 257 votos para aprovar o projeto de lei complementar. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, declarou que gostaria que fossem alcançados mais de 308 votos a favor da matéria -

dessa forma, o governo mediria a temperatura da base para aprovação de emendas constitucionais (PECs), como, por exemplo, a reforma tributária.

Mesmo que seja com sobressaltos, a nova regra fiscal será aprovada. Até porque, nas palavras de um ministro, o presidente Arthur Lira precisa de um legado. E a relevância dessa proposta a equipara à reforma da **previdência social** na biografia do ex-presidente Rodrigo Maia. No dia 10 de julho de 2019, a matéria foi aprovada no plenário da Casa com 379 votos favoráveis e 131 contrários, e levou o parlamentar às lágrimas.

Portanto, o problema do governo na Câmara não é a votação do arcabouço fiscal, e, sim, o "day after" da proposta. Parlamentares do grupo mais restrito de Arthur Lira vêm repetindo a interlocutores que o presidente da Casa só tem compromisso com o governo em relação ao novo marco fiscal e à reforma tributária. Para além disso, será cada um por si.

Diante disso, o observador atento da cena política já se deu conta de que o líder do MDB, Isnaldo Bulhões (AL), até hoje não apresentou o relatório da medida provisória de reestruturação administrativa do governo, que vai caducar se não for votada nas duas Casas até 1º de junho.

Os bastidores da reunião da articulação política do governo com a cúpula do MDB e o líder da bancada na Câmara na semana passada sugerem que Isnaldo não estava com cara de bons amigos no encontro. Embora o partido controle três ministérios na Esplanada, Isnaldo é o para-raios das reclamações dos deputados da legenda, quase todos descontentes em relação ao pagamento de emendas e indicação de aliados para cargos nas bases eleitorais.

Nesse cenário, corre nos corredores da Câmara que deputados preparam um pacote de maldades para o governo que seria incluído no relatório de Isnaldo. O texto traria vezes, por exemplo, como o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) ser remanejado da Casa Civil para o Ministério do Planejamento; a Agência Nacional de Águas (ANA) sair do Meio Ambiente e passar ao Desenvolvimento Regional; os

contratos de publicidade saírem da Secretaria de Comunicação (Secom) e passem ao Ministério das Comunicações.

Embora o governo tenha aberto os cofres para autorizar o empenho de R\$ 1,8 bilhão do Orçamento para pagar emendas parlamentares (sendo R\$ 1,7 bilhão somente em maio), esses recursos ainda levarão alguns meses para chegar na ponta. Além disso, assim como esta coluna alertou na semana passada, os parlamentares também se ressentem da falta de "cuidado" do governo com a base aliada no Congresso. Na quinta-feira, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, cumpriu agenda em Fortaleza, e em cidades do interior, ao lado do governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT). Visitou hospitais, obras da área de saúde, e anunciou centenas de milhões de recursos federais para a área de saúde. Não convidou para a agenda os deputados e senadores cearenses da base governista, em franco atropelo ao que recomenda a boa política.

O governo pode contar com o novo marco fiscal, e talvez, com a **reforma tributária**. Mas a reestruturação do governo está na corda bamba. Será preciso equilíbrio, disposição e uma base aliada expressiva, que ainda não existe, para segurar a rede de proteção lá embaixo para ninguém se estrebuchar.

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às terças-feiras

E-mail: andrea.jube@valor.com.br

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

O problema do governo é o "day after" da votação da regra fiscal na Câmara

Site: <https://valor.globo.com/politica/coluna/o-problema-do-governo-e-o-day-after-da-votacao-da-regra-fiscal-na-camara.ghml#>

Reforma tributária: "economia vai ficar mais eficiente" com unificação de impostos, diz economista da FGV

Por Cássia Almeida - Rio

O economista Pedro Cavalcanti Ferreira, também diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento, fez as contas e calculou que a **reforma tributária**, nos termos que está sendo discutida na Câmara dos Deputados, vai ser lucrativa para a grande maioria dos setores. Apenas dois podem ter um desempenho pior se as alíquotas forem unificadas como pretende o governo.

A proposta é de unificação de três **impostos** federais (IPI, PIS e Cofins) e dois estaduais (ICMS e ISS). O economista incluiu na conta os ganhos que os setores mais tributados hoje terão com a reforma, o que será repassado para a cadeia produtiva, com a extensão dos benefícios para a totalidade da economia, "que ficará mais eficiente".

Educação e saúde privadas são os que terão aumento de imposto e queda no lucro. Nesses setores, o governo tem defendido a devolução do imposto ao contribuinte.

Seu estudo constatou que só dois setores (saúde e educação) terão queda no lucro, mas há queixa generalizada do setor de serviços e do agronegócio.

Os **impostos** da maioria dos insumos vão diminuir. Em 66 grandes setores que estudamos, somente em 20 há aumento de **impostos**. O que acontece é que, quando você unifica os **impostos**, tem uma alocação melhor de recursos porque você não está favorecendo um setor potencialmente ruim e talvez não tão eficiente e não está prejudicando um que seria muito bom. Isso melhora a produtividade da economia como um todo e também vai melhorar o setor de serviços.

Fizemos um estudo de equilíbrio geral, olhando como todos os setores afetam todos os setores. O imposto direto vai aumentar, mas os **impostos** da maioria dos meus insumos vai diminuir. Grande parte dos meus custos vai diminuir. Minha tarifa vai aumentar em 40%, 30%: "meu Deus, é uma catástrofe", dizem, mas os meus custos todos estão caindo. O efeito líquido é a diminuição dos custos. A economia vai ficar mais eficiente com a reforma.

Os representantes do setor de serviços alegam que não têm uma cadeia de insumos longa para poder compensar essa alta no imposto.

Têm dois setores fundamentais, educação e saúde, que, de fato, são os únicos que têm queda no lucro. Todos os outros não vão ter perda de lucro independentemente de a cadeia ser muito longa ou não. No nosso estudo, levamos em conta a cadeia produtiva de todos os setores. Então, os únicos dois que podem reclamar hoje seriam saúde e educação, os outros vão sair ganhando.

Haverá menos tributação em outros serviços importantes, como telecomunicação que todo mundo usa, automóveis, serviços bancários. Isso tudo vai ter imposto. Se eu fosse o lobista no setor de serviços estaria falando exatamente isso porque, na dúvida, vou lá confiar nos estudos do Pedro Cavalcanti. O que a gente está mostrando é que todo mundo vai ganhar porque a economia vai ficar mais eficiente, a estrutura tributária será mais simples e meus custos vão diminuir.

Qual o impacto da **reforma tributária** para o Produto Interno Bruto (**PIB**)?

Vai ser algo em torno de 8%. Isso não é um crescimento irrelevante. As reformas tributárias em geral acham coisas menores. O crescimento é mais do que a média de muitos anos do Brasil, que está estagnado. E o nosso modelo não capta todo o efeito.

A reforma pode incentivar muito mais investimento do que o nosso modelo está captando. Nosso número é de 8%, a partir do momento em que ela estiver plenamente implementada. É mais que o crescimento dos últimos governos. Nos últimos 40 anos, não crescemos nem 2%. É um crescimento significativo.

Estamos discutindo a **reforma tributária** no momento em que o mundo passa por uma disrupção tecnológica. Acha que a reforma é adequada para esse mundo novo?

Acho que o mundo novo tem que ter linhas de crédito

para investir, não é via tributo que tem que ser mais uniforme e menos cumulativo (quando um imposto incide em todas as etapas de produção) possível. É como na política social. Ao fazer política social com tributação, vemos a cesta básica daqui que tem isenção e inclui salmão. Faz um imposto igual para todo mundo e dá uma Bolsa Família para as pessoas que precisam.

Mas como faz com empresas globais que atuam em serviços completamente diversos. Esse modelo proposto se encaixa?

Encaixa. O medo é cobrar **impostos** muito altos e destruir ou afastar negócios para outros países. Essa sintonia fina será bem feita.

Tem esperança que a **reforma tributária** seja aprovada dessa vez, depois de décadas de discussão no Congresso?

Sim. É a primeira vez que a gente tem um modelo e já houve muita discussão, está madura. Acho que os estados foram convencidos que não vão perder arrecadação, com uma regra de transição cuidadosa. E tem muita vontade política no governo para fazer isso. O Haddad (Fernando Haddad, ministro da Fazenda) está botando todas as fichas nisso. E o Lula vai botar também.

Eu acho pouco provável que se consiga aprovar a proposta do governo tal como começou a ser discutida uns anos atrás, mas vai ser próxima da que está lá (no Congresso). Você não pode continuar com essa situação de a empresa pagar zero de imposto no Piauí e 25% no Ceará e a empresa ficar mudando de lá para cá.

Tem regime especial para todo mundo e uma legislação para cada coisa. É um tipo de distorção que não gera nenhuma riqueza. Outro dia eu li que há uma discussão na Justiça se Croc é sandália ou sapato. Os advogados talvez gostem, mas para a nação como um todo não gera riqueza nenhuma.

A reforma sobre o consumo é a mais adequada a se fazer nesse momento, já que a injustiça tributária é maior sobre a renda?

A alíquota de Imposto de Renda mais alta no Brasil de 27,5% é menor que a de vários países avançados. O IPTU também é baixo comparado com outros lugares do mundo. Agora, isso não exclui fazer essa que está sendo feita, que está mais madura que as outras. Se for parar agora e falar que vai aumentar a alíquota de 27,5% para 32% por exemplo, vai todo mundo começar a gritar e não vai acontecer nenhuma das duas. A reforma do consumo está mais madura e vai

na direção correta.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/reforma-tributaria-economia-vai-ficar-mais-eficiente-com-unificacao-de-impostos-diz-economista-da-fgv.ghtml>

Arcabouço: Relator dribla pressão por mudanças às vésperas de votação

Do UOL, em Brasília

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o relator do projeto do arcabouço fiscal, Cláudio Cajado (PP-BA), vão tentar um acordo hoje (23) com líderes da Câmara para votar o texto com as novas regras fiscais sem alterações substanciais.

Lira vai bater o martelo quanto à data de votação do arcabouço, após o encontro com as lideranças. Ele decidirá se será hoje ou amanhã (24).

Cajado tenta resistir à pressão das bancadas e entregar um relatório que tenha a adesão da maioria dos partidos, mas sem mexer na atual proposta.

O relator passou os últimos dias visitando as bancadas, ouvindo sugestões de propostas para alterar o relatório. Mas, tanto para o governo Lula (PT) quanto para Lira, a ideia é que o parecer seja votado sem mudanças substanciais.

Foram apresentadas 40 emendas ao projeto. Mas duas são consideradas mais arriscadas. A primeira é defendida por parlamentares de esquerda, inclusive petistas, que pede que o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e o piso da enfermagem não sigam as regras de limite de gastos.

A segunda é defendida pelo centrão e propõe que a diminuição do limite de crescimento real da dívida pública passe de 2,5% para 2%.

Para acelerar a tramitação da proposta na Câmara, o projeto recebeu votos de partidos de esquerda, do centrão e também da oposição. O Palácio do Planalto estará de olho em como cada deputado votou, porque precisa descobrir quem é fiel ao governo para integrar a base aliada nas próximas votações.

Como o UOL mostrou, o presidente da Câmara quer um placar ainda melhor na votação do conteúdo do projeto do que foi na urgência da medida, quando recebeu 367 votos favoráveis a 102 contrários.

A união entre Lira e Haddad nesta proposta serve também para dar um recado ao Palácio do Planalto de que a dupla tem força para aprovar medidas econômicas futuras, como a **reforma tributária**.

Ontem mesmo, o ministro da Fazenda visitou Lira para agradecê-lo pela aprovação da urgência do arcabouço e alinhar a votação do conteúdo da proposta. Ele classificou a visita como de cortesia .

Cajado também se reuniu com o ministro e os técnicos da Fazenda na noite de ontem. O relator foi orientado a alinhar todas as mudanças com o governo federal.

Para conquistar votos do centrão, Cajado já precisou fazer alterações no texto, como incluir sanções escalonadas em dois anos em caso de descumprimento da meta.

No primeiro ano, o governo também fica proibido de criar cargos que impliquem aumento de despesas; alterar estrutura de carreiras; criar auxílios; criar despesas obrigatórias e conceder benefício tributário.

No segundo ano de descumprimento, também ficam proibidos reajustes de despesas com servidores, contratação de pessoal e realização de concurso público , exceto para reposições de cargos vagos.

Para agradar o governo Lula, no entanto, Cajado blindou o salário mínimo e o tirou das novas regras. O Bolsa Família, por sua vez, não poderá ter aumento real (acima da **inflação**) em caso de descumprimento das metas.

Trata-se de uma série de regras fiscais para o gasto federal. A proposta é considerada vital para o crescimento da economia por encorajar empresários a investir e levar à queda da taxa de juros.

O arcabouço trabalharia em conjunto com a **reforma tributária** de acordo com a receita do governo Lula para o **PIB** aumentar.

Site: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/05/23/camara-votacao-arcabouco-fiscal-governo-mudancas.htm>

Haddad diz que discutiu no MDIC reforma tributária e incentivo à indústria

Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou no fim da tarde desta segunda-feira, 22, que discutiu a **reforma tributária** em reunião no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Segundo ele, outros assuntos foram debatidos, entre os quais o orçamento para a indústria em 2024 bem como medidas de incentivo ao setor.

Fui tratar do orçamento do ano que vem relativo à indústria, para recolher as ideias do MDIC, disse Haddad, quando chegou ao Ministério da Fazenda após o encontro.

Questionado sobre reduções de **tributos** para carros populares, o ministro apenas disse que toda a política relativa ao tema carro popular está sendo tocada pelo MDIC.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/22/haddad-diz-que-discutiu-no-mdic-reforma-tributaria-e-incentivo-a-industria.htm>

Nível dos juros é inibidor dos objetivos do governo de aceleração de crescimento, diz Pacheco

São Paulo e Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse nesta segunda-feira, 22, que o atual nível dos juros é um inibidor dos objetivos do novo governo de aceleração de crescimento. Para o senador, não se deve cobrar mais do Congresso novas reformas para baixar os juros, uma vez que, na avaliação dele, já existem condições para os juros caírem.

Pacheco deu as declarações em seminário sobre autonomia do Banco Central (BC) promovido pela Folha de S.Paulo logo após participação do presidente do BC, Roberto Campos Neto, no evento.

O chefe do BC defendeu a realização de reformas como o caminho para o Brasil aumentar a sua capacidade de crescimento sem pressões inflacionárias.

Temos um País em que não se pode invocar fazer mais reformas para baixar taxas de juros, declarou Pacheco, após citar reformas estruturais e marcos regulatórios aprovados pelo Legislativo nos últimos anos, entre elas a própria autonomia do BC. O parlamentar disse também que ainda nesta semana deve ser votado o arcabouço fiscal e existe a perspectiva de aprovação da **reforma tributária**.

Ao considerar acertada a aprovação da autonomia do BC - se foi acertada ou não, no âmbito político, me cabe acreditar em acerto -, Pacheco disse não ver a possibilidade de mudanças na lei para restringir a atuação da autoridade monetária. Não vejo ambiente de revogação da lei de autonomia do Banco Central, afirmou.

A elevação dos juros, comentou, é o motivo que leva aos questionamentos à autonomia do BC.

O senador vê como justificado o descontentamento de boa parte da sociedade, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Congresso em relação ao nível da taxa Selic, hoje em 13,75% ao ano, por ser um entrave ao crescimento.

Deve haver sensibilidade social do Banco Central para

as necessidades mais prementes do Brasil, assinalou Pacheco, que fez um apelo para a redução da Selic de forma gradativa, sem movimentos bruscos.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/05/22/nivel-dos-juros-e-inibidor-dos-objetivos-do-governo-de-aceleracao-de-crescimento-diz-pacheco.htm>

Pacheco diz que juros a 13,75% inibem ações de governo e queda não pode depender de reformas

Por Beatriz Borges e Alexandro Martello, g1 - Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse nesta segunda-feira (22) que a taxa de juros de 13,75%, ao ano inibe as ações do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) - que, segundo ele, possui um apelo social forte e tenta fazer a economia acelerar para gerar emprego e combater a fome .

A taxa de juros do Brasil está atualmente em 13,75% ao ano, o maior nível em seis anos e meio. O patamar dos juros tem sido criticado pelo presidente Lula e integrantes do governo, por desacelerar a economia e influenciar negativamente a geração de empregos.

"Em relação a taxa básica de juros a 13,75% ao ano, o que nós compreendemos que no momento atual que o Brasil vive, no novo governo, com apelo social forte, com enfrentamento a problemas sociais graves que nós temos no nosso país, com a necessidade premente de fazer a economia acelerar, gerar emprego para combater fome e miséria e exclusão, obviamente que a taxa a 13,75% ao ano é inibidora desse projeto de governo, do presidente eleito, e de sua equipe econômica", afirmou Pacheco.

A declaração do presidente do Senado foi dada durante a sua participação no seminário sobre a autonomia do Banco Central, promovido pelo jornal Folha de S.Paulo .

Na ocasião, Pacheco defendeu a autonomia do BC e afirmou que cabe a ele "fazer um apelo para que a nação brasileira e as suas instituições encontrem o caminho possível" para redução da taxa de juros.

"[O que nós temos que buscar] É de fato fazer um apelo para que a nação brasileira e as suas instituições encontrem o caminho possível, o mais rapidamente possível, para a redução da taxa de juros, de forma gradativa, sem movimentos bruscos, porque nós sabemos que a razão disso é a contenção da **inflação**", afirmou o presidente do Senado.

Pacheco disse ainda que acredita que o Brasil possui hoje "todo o ambiente possível" para crescer, com exceção da taxa de juros.

"Nós temos todo o ambiente possível para aquilo que nós almejamos, o que tem sido interpretado como um entrave para nosso crescimento é a questão dos juros", disse o presidente do Senado.

Pacheco disse ainda que o Brasil não pode depender de reformas para que a taxa de juros seja reduzida. Segundo o presidente do Senado, muitas mudanças já foram feitas nos últimos tempos e outras devem acontecer nos próximos meses, como o arcabouço fiscal e a **reforma tributária**.

"Nós temos um país em que não se pode invocar nesse instante a necessidade de se fazer mais reformas como condição para reduzir a taxa básica de juros. Repito, nós já fizemos reforma da previdência, nós já fizemos reforma trabalhista, nós já fizemos **reforma política**, fizemos uma série de marcos legislativos, muitos deles na área do sistema financeiro, como o PL do sistema cambial, que nós votamos no Congresso Nacional e já se tornou uma realidade, uma série de outros marcos legislativos", afirmou.

"Estamos prestes, na iminência, nessa semana de votar um novo regime fiscal de proposta do novo governo , do ministro Fernando Haddad, que é um regime fiscal que considero que foi o possível de ser feito. É o melhor possível que se poderia ter feito neste momento, temos uma perspectiva de **reforma tributária**", disse Pacheco.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/22/pacheco-diz-que-juros-a-1375percent-inibem-acoes-de-governo-e-queda-nao-pode-depender-de-reformas.ghtml>

Contenciosos de taxaço a consumo e renda somam R\$ 322 bi só este ano

Por *Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon - De Brasília*

Pesquisa inédita do Insper indica que as discussões relativas aos **tributos** sobre consumo e renda, as duas fases previstas para a **reforma tributária** este ano, geram disputas judiciais e administrativas estimadas em no mínimo R\$ 322 bilhões entre as maiores empresas do país.

O levantamento realizado pelo Núcleo de Pesquisas em Tributação do Insper e obtido com exclusividade pelo Valor leva em conta dados que 751 empresas prestam junto à Comissão de Valores Mobiliários - em geral, companhias abertas e empresas que negociam títulos no mercado financeiro. Assim, o estudo destaca que o número está subestimado, já que algumas empresas podem não ter informado a totalidade dos seus processos, além daquelas que não precisam prestar contas à CVM.

Ao Valor o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, ressaltou que um dos principais objetivos da reforma é reduzir esse contencioso tributário e apontou que "existe, hoje, um grande espaço cinzento na legislação do ICMS e do PIS/Cofins sobre o que dá ou não direito a crédito", uma das principais discussões no âmbito dos **tributos** que incidem sobre o consumo.

"Quando há um imposto simples, fecha a divergência de interpretação, que é a base dos litígios tributários. Fraudes vão continuar existindo e precisam ser punidas, mas a maior parte resulta em problemas de interpretação da legislação muito complexa", afirmou Appy. Ele frisou que a Fazenda ainda está formulando detalhes sobre as mudanças nas regras do IR e disse que o objetivo será o mesmo na segunda etapa: dar mais clareza e segurança jurídica.

Entre os temas envolvendo os litígios no âmbito do consumo, o tributarista Breno Vasconcelos, responsável pela pesquisa, destaca os processos discutindo a forma de cálculo de créditos presumidos de ICMS e outros incentivos fiscais, que provavelmente serão gradativamente extintos pela reforma, além de conflitos de competência entre Estados e municípios nas atividades mistas (serviços e mercadorias, como locação de equipamentos com mão de obra), também resolvidos pela criação de um imposto único, com base ampla.

Como no Brasil o contencioso tributário é muito grande e o processo tributário é longo, temos menor porcentagem de provisões"

- Thais Shingai

Os incentivos fiscais, usuais no ICMS, também geram contencioso envolvendo PIS e Cofins. Entre os processos identificados na pesquisa, muitos se referem à incidência ou não das contribuições sobre créditos presumidos do imposto e outros benefícios, segundo Thais Shingai, coautora do estudo. "Há também muitas discussões sobre o aproveitamento de créditos da não cumulatividade de PIS e Cofins que decorrem do excesso de restrições ao creditamento existentes na legislação."

O Ministério da Fazenda esperava aprovar a primeira etapa da **reforma tributária** ainda neste semestre na Câmara dos Deputados e, até o fim do ano, no Senado. As mudanças nas regras sobre a renda estão sendo conduzidas na pasta por Daniel Loria, que também é pesquisador do Insper. Ele conduziu, por exemplo, a recente medida provisória responsável por instituir a taxaço do capital estrangeiro no exterior, tida na Fazenda como "prefácio" da reforma nas leis dos **tributos** sobre a renda.

De acordo com a pesquisa, o principal motivo de litígio em relação ao Imposto de Renda são discussões relacionadas a deduções. O núcleo levantou que o IR da pessoa física (IRPF) foi objeto entre 2018 e 2022 de 18.420 decisões no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, órgão recursal da **Receita Federal**. Um grande gargalo são as deduções, segundo Vasconcelos: "Em geral deduções de saúde e educação servem para quem tem dinheiro para pagar por educação e saúde". A pesquisa informa que esse tema foi alvo de 995 decisões em 2022.

Os dados indicam 266 processos divulgados por 163 empresas sobre Imposto de Renda, sendo a maior parte divulgada como de perda possível - poucos têm a indicação de perda provável.

Já em relação aos litígios relacionados ao IRPJ (pessoa jurídica), entre 2018 e 2022 o **Carf** proferiu 10.875 decisões. A maior parte das discussões em número - não em valor -, 563, diz respeito a créditos,

compensações de forma geral.

Thais Shingai destaca que a maior parte do contencioso tributário de Imposto de Renda, de acordo com esses dados, em valor, decorre da questão do ágio. Ela ainda pondera que os números enviados à CVM provavelmente são subestimados, porque dependem da análise de risco para integrarem as demonstrações financeiras. "Como no Brasil o contencioso tributário é muito grande e o processo tributário é longo, em comparação com os dados internacionais, temos menor porcentagem de provisões de questões tributárias."

Vasconcelos comenta que, quando se fala em reforma da tributação da renda, tem-se a ideia de trazer a tributação de dividendos, tema sobre o qual não existe contencioso por não ser tributado.

Nesse sentido, ele considera que pode ressurgir um contencioso do Imposto de Renda que não aparece hoje, mas já existiu. Assim, explica que, com eventual tributação de lucros e dividendos, poderão nascer litígios relacionados à "distribuição disfarçada de lucros", envolvendo pagamentos da pessoa jurídica à pessoa física como forma disfarçada de distribuir lucros.

Na avaliação de Meily Franco, vice-presidente de Comissões Técnicas do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de SP (Ibef), a reforma diminuirá o contencioso tributário desde que seja "estruturada, que respeite princípios constitucionais tributários, mas que não tenha predileção por setores da economia". "Leis malfeitas e casuísticas geram divergências na sua interpretação, excesso de discussão, dificuldades na aplicação adequada e sistemática da jurisprudência", pontuou.

Ela diz que o contencioso tributário é caro e traz insegurança jurídica. "Além disso, gera impactos contábeis com os lançamentos de provisões, financeiros com o pagamento de custas judiciais e emissão de garantias, impactos nos ratings de crédito, dentre outros."

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Contenciosos de taxaçaõ a consumo e renda somam R\$ 322 bi só este ano

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/22/contenciosos-de-taxacao-a-consumo-e-renda-somam-r-322-bi-so-este-ano.html>

Frentes parlamentares do agro e serviços se unem por mudanças na reforma tributária

Eduardo Cucolo

Duas das maiores frentes parlamentares setoriais do Congresso Nacional vão atuar em conjunto para demandar tratamento diferenciado para os setores do agronegócio, comércio e serviços na **reforma tributária**.

As frentes são grupos que reúnem pelo menos um terço dos membros do Poder Legislativo (mínimo de 198 parlamentares, entre deputados e senadores) de vários partidos em torno de um tema. É comum que um mesmo parlamentar faça parte de mais de um grupo. Por isso, os membros das frentes podem representar os interesses de mais de um setor da economia.

Com mais de 300 representantes no Congresso, a FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) afirma que uma alíquota diferenciada no novo tributo sobre o consumo é só uma das várias demandas do grupo. Esse é também um dos pontos defendidos pela FCS (Frente Parlamentar em Defesa do Comércio e Serviços), que reúne mais de 200 congressistas.

A Frente Parlamentar Mista da Indústria, setor que tem apoiado mais ostensivamente a reforma, deve ser instalada nos próximos dias. Ela será presidida pelo deputado José Rocha (União-BA), que também é vice-presidente da FPA.

Até 2022, havia uma frente parlamentar dedicada à **reforma tributária**. Seu presidente, o ex-deputado Luis Miranda (Republicanos-DF), não se reelegeu e, até o momento, não foi formado um grupo em defesa dessa pauta.

As frentes dos setores agro e de serviços avaliam que, neste momento, não é possível apoiar a reforma no formato das duas propostas apresentadas nos últimos quatro anos, embora concordem que é necessário simplificar o sistema.

Um novo texto está sendo elaborado pela Câmara para ser apresentado neste semestre, prevendo alíquotas diferenciadas, conforme indicação do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da proposta.

Os dois grupos já preparam sugestões para alterar

esse relatório e, caso não sejam atendidas, prometem tentar mudar o texto no plenário de votação.

"Estamos com o propósito de fazer em breve um grande encontro promovido pela FPA e pela FCS simultaneamente, em que vamos buscar unificar as nossas pautas, em relação principalmente à **reforma tributária**. Estamos falando de uma força bem expressiva que representa ampla maioria do Congresso Nacional", diz o deputado Domingos Sávio (PL-MG), presidente da FCS e um dos vice-presidentes da FPA.

"Como ainda não temos um novo texto, continuamos trabalhando com a posição de que não temos condições de nos manifestar favoráveis [à reforma]."

Entre os entraves apontados pelas frentes está o receio de que haverá aumento de carga tributária para esses setores em benefício da desoneração da indústria.

"A gente entende que precisa melhorar o sistema tributário, precisa simplificar. Agora, da maneira que está, os números que nos apresentaram são assustadores. Comércio, serviços e agro seriam extremamente prejudicados. Precisamos entender se estamos ou não equivocados", afirma Pedro Lupion (PP-PR), presidente da FPA, citando estudos encomendados pelo setor.

"Não queremos ser do contra. Queremos achar um caminho em que seja possível avançarmos juntos. Hoje, pelo que tem apresentado, não é possível."

O governo federal ainda não divulgou dados sobre o impacto da **reforma tributária**. O que há até o momento é uma guerra de números apresentados por vários setores e especialistas, com resultados divergentes.

O deputado José Rocha (União-BA), presidente da frente da indústria e vice-presidente da FPA, também afirma que há muitas arestas para serem aparadas nas discussões sobre a reforma. "Ainda não está muito bem alinhado com os diversos segmentos da economia. Então fica difícil colocar para votar", afirma o parlamentar, que destaca que o grupo ainda não se reuniu para fechar uma posição em torno do tema.

Os parlamentares lembram que os membros de uma frente não têm a obrigação de seguir a orientação do grupo e que, na hora do voto, pesam mais a orientação partidária e os acordos com o governo.

O presidente da FPA afirma, no entanto, que há muitas preocupações comuns a todos os membros do grupo. Uma delas é a possibilidade de a devolução do imposto (cashback) da cesta básica não alcançar todos os que necessitam. A manutenção da isenção para cooperativas e a necessidade de pejetização dos produtores rurais são outras questões em aberto, mas não as únicas.

"No caso do integrador de frango, por exemplo. Quem vai pagar o imposto? Quem entrega a ração ou quem engorda o frango? Isso ninguém conseguiu responder ainda. São particularidades que estão presentes na nossa cadeia que é diferente de você tratar de uma indústria", afirma o deputado.

"A gente está falando do Brasil real, do pequeno produtor que não tem a mínima condição nem conhecimento para fazer uma nota fiscal, um CNPJ, buscar uma profissionalização ou transformação em MEI."

Há também a desconfiança entre os parlamentares de que o governo quer promover um aumento da carga tributária sobre o consumo. Para o presidente da FCS, isso pode gerar dividendos políticos ao Executivo, que terá mais recursos para gastar em políticas públicas, mas representa um desgaste que não será absorvido pelo Parlamento.

"No geral, o deputado representa um conjunto da sociedade em que você tem todos esses setores produtivos presentes. Se um estiver sendo prejudicado, a cobrança vai vir em cima do deputado. Aquele que votar a favor de aumento de imposto vai ter muita dificuldade de se explicar na sua base", afirma o deputado Domingos Sávio.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/frentes-parlamentares-do-agro-e-servicos-se-unem-por-mudancas-na-reforma-tributaria.shtml>

Apesar de reivindicação de empresários, reforma tributária vai manter limites do Simples Nacional, diz Fazenda

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

Apesar de reivindicações de empresários, que querem uma atualização nos limites do Simples Nacional, a **reforma tributária** vai manter os atuais valores para esse regime, de acordo com o Ministério da Fazenda.

O Simples Nacional foi criado em 2006, com o objetivo de estimular as pequenas empresas. Consiste na unificação de alguns **tributos** com alíquota mais favoráveis para o empreendedor.

Atualmente, podem aderir ao Simples:

microempreendedor individual que fatura até R\$ 81 mil por ano; transportador autônomo de cargas que fatura até R\$ 251,6 mil por ano; microempresas com até R\$ 360 mil por ano; empresas de pequeno porte com até R\$ 4,8 milhões anuais;

O presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), pediu ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a correção do limite para uma empresa entrar no Simples Nacional: de R\$ 4,8 milhões para R\$ 8,3 milhões. Ele argumenta que a **inflação** nos últimos anos tem que ser levada em conta.

Nossa solicitação é a atualização da tabela do Simples pelo IPCA [**inflação**]. Por isso que não há queda de arrecadação, renúncia, nada disso. Pega o IPCA de 2016, quanto da isso em 2023? Hoje, por exemplo, está em R\$ 4,8 milhões. Pelo IPCA, iria para R\$ 8,3 milhões o limite do Simples Nacional. Agora isso o ministro não se comprometeu, ele ficou de fazer todos estudos, declarou Bertaiolli.

O deputado sugere ainda que o teto para as microempresas suba para R\$ 415,8 mil e, para o microempreendedor individual, para R\$ 138,6 mil. Mas essa atualização não passa pelos planos do governo.

As PECs [propostas de emenda à Constituição da **reforma tributária**] não mexem na questão dos limites do Simples, disse o secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy.

Em almoço na última semana com políticos da Frente Parlamentar de Serviços (FPS), o relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou que os limites do Simples Nacional já são muito maiores que em outros países do mundo.

Nosso Simples é um Simples que não é simples. Comparado com o mundo, já tem um limite que transcende todos os demais. O país que tem o maior limite é US\$ 150 mil, depois vem o Brasil, com US\$ 1 milhão, afirmou o deputado, fazendo referência ao teto de R\$ 4,8 milhões para pequenas empresas.

De acordo com números da **Receita Federal**, que estão na proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, o Simples Nacional representará uma renúncia de arrecadação de R\$ 119 bilhões no próximo ano. Esse é o programa que representa o maior gasto tributário do Orçamento federal.

O governo tenta votar a **reforma tributária** na Câmara ainda no primeiro semestre e concluir a tramitação no Senado até o fim do ano.

Opção pelo futuro imposto

O secretário Appy, no entanto, informou que as empresas do Simples poderão optar pelo futuro imposto sobre valor agregado (IVA), a ser criado na **reforma tributária**.

Esta primeira etapa da reforma vai alterar os **impostos** sobre o consumo. A ideia do IVA, que já existe em outros países, é unificar vários **impostos** em um só. Algumas das vantagens, segundo o governo, é facilitar a forma de pagamento e estabelecer a cobrança não cumulativa.

Não ser cumulativo significa que em cada etapa da cadeia produtiva só haverá pagamento de tributo em cima do valor que foi agregado na etapa anterior.

Para manter a carga tributária total já existente no país, os cálculos dão conta de que o IVA terá que ser de cerca de 25%.

Junto com a Zona Franca de Manaus, o Simples Nacional, até o momento, é uma exceção à alíquota geral do futuro IVA.

Atualmente, as empresas do setor de serviços que estão no Simples Nacional pagam alíquotas que variam de 6% a 33% sobre o faturamento, de acordo com seu tamanho. Sendo que a alíquota de 33% vale apenas para companhias com faturamento acima de R\$ 3,6 milhões por ano. Empresas que faturam menos pagam as alíquotas menores

Mas, segundo Appy, para alguns empreendimentos pode ser mais favorável pagar o IVA. Isso devido ao caráter não cumulativo do IVA.

Simples está mantido, não muda. Ou fica como está, ou melhora. Nas duas PECs [da **reforma tributária**], a empresa tem a opção de ficar como está hoje ou então ela pode optar por não pagar o imposto sobre o faturamento e passar a pagar o imposto único pelo regime normal de débito e crédito, afirmou o secretário.

Números do Simples

Segundo dados do portal do Simples Nacional na internet, 21,6 milhões de empresas estavam no Simples Nacional em maio deste ano.

Em 2022, o auditor Fernando Mombelli, da **Receita Federal**, afirmou na Câmara dos Deputados que a correção dos limites do Simples, como propõe, levaria a um aumento da renúncia de arrecadação em R\$ 66 bilhões.

Mombelli também citou o exemplo de outros países com regimes favorecidos para micro e pequenas empresas e seus limites.

Brasil = US\$ 1 milhão; quase R\$ 5 milhões; Canadá = US\$ 22,5 mil; Israel = US\$ 26,5 mil; Portugal = US\$ 11 mil; Coreia do Sul = US\$ 48 mil e Reino Unido = US\$ 104 mil.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/21/apesar-de-reivindicacao-de-empresarios-reforma-tributaria-vai-manter-limites-do-simples-nacional-diz-fazenda.ghtml>

Artigo - Reforma tributária: a visão do comércio

Abram Szajman

O sistema tributário é a espinha dorsal das organizações econômica, política e social de um país. Por meio dele, definem-se as relações das pessoas físicas e jurídicas com o Estado, em todos os níveis. Determina também o grau de investimentos e a capacidade de competição das empresas no mercado internacional.

Quando o processo é complexo e a carga tributária muito elevada, o resultado é a informalidade, que representa a negação da cidadania e da proteção jurídica a que todos têm direito. Outras consequências são a sonegação e a cobrança judicial dos **tributos** não pagos. O Brasil é um dos campeões mundiais em judicializar essa questão. De acordo com estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), tramitam no país 77 milhões de processos, dos quais 40% são de natureza tributária. Micro e pequenas empresas correspondem a 78,34% das demandas de pessoas jurídicas.

Cerca de 40% do rendimento do contribuinte brasileiro são tragados por **impostos**, contribuições e taxas - isso significa 149 dias a cada ano dedicados a quitar **tributos** federais, estaduais e municipais. Assim, a questão tributária nacional se transformou numa babel: cada nível de governo ou esfera de poder fala uma língua diferente. Talvez por isso as tentativas de reforma se arrastem por anos (e mesmo décadas) sem avanços significativos.

A construção de um sistema tributário simplificado e justo tem sido preocupação central da FecomercioSP. Eliminar a burocracia - dificultando, ao mesmo tempo, corrupção e fraudes - e tratar as empresas de acordo com o porte de cada uma são condições essenciais para o país receber investimentos e se inserir de maneira favorável no complexo cenário mundial. Afundado numa crise econômica que se prolonga desde 2015, o Estado brasileiro busca formas de se financiar, já que não consegue conter o apetite pantagruélico por mais receitas.

Raras vezes a questão fiscal foi vista pela ótica da contenção de despesas do Estado - e a última tentativa nesse sentido, o teto de gastos, teve vida efêmera. Agora, mais uma vez, o Brasil discute a **reforma tributária** sem antes dimensionar a questão

com mais assertividade, o que poderia ser feito por meio de uma reforma administrativa, destinada a conter e a melhorar a qualidade do gerenciamento dos gastos públicos.

Transformada em tábua de salvação pelo atual governo, a proposta em discussão no Congresso Nacional tem aspectos positivos, como a tributação no destino e a previsão de que o tributo não integrará a própria base de cálculo. Ao acompanhar o debate, a FecomercioSP apresentou sugestões de aprimoramento, focadas na questão central: a mudança planejada no sistema tributário brasileiro não pode resultar na majoração da carga tributária setorial. Essa perspectiva, entretanto, paira sobre o setor de serviços, visto que uma alíquota unificada hoje em discussão representaria aumento real de carga tributária para as empresas do segmento.

Dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostram que um tributo unificado em nível federal com alíquota de 12% em substituição às atuais contribuições de PIS e Cofins causaria um impacto ao setor de serviços de 84% na majoração de **tributos** para os optantes pelo regime de lucro presumido. Isso acontece, vale lembrar, porque os serviços contam com uma cadeia produtiva mais curta e praticamente não aproveitam créditos de insumos nas cadeias de valor.

Seria igualmente um retrocesso se a reforma penalizar (ou não incentivar) a economia verde e os setores não poluentes. Outro aspecto preocupante é o longo período previsto de transição (seis anos), que precisa ser encurtado. A manutenção de dois sistemas tributários durante tanto tempo resultaria em complexidade e custos para as empresas.

Em resumo, o momento é de união do empresariado e de toda a sociedade civil brasileira para que esse processo resulte efetivamente em simplificação, desburocratização, manutenção da carga tributária setorial, limites às multas abusivas e legislações padronizadas. Espera-se da **reforma tributária** mais segurança jurídica aos contribuintes. Por essa razão, precisa ser mantida a tributação favorecida e diferenciada para micro e pequenas empresas optantes pelo regime do Simples Nacional, uma conquista prevista na Constituição Federal que deve ser preservada.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/opiniao/2023/05/5095938-artigo-reforma-tributaria-a-visao-do-comercio.html>

Presidente do Sindicerv: Apoiamos toda reforma que ajude a gerar emprego

Victor Correia

As grandes cervejarias projetam um ano positivo para 2023, com crescimento do mercado, investimento e chegada de novos produtos. Considerando as micro e pequenas fábricas, o Brasil tem mais 1.500 cervejarias em funcionamento atualmente, com perspectiva de chegar a 1.600 ainda neste ano. O setor foi um dos poucos que manteve o crescimento mesmo durante a pandemia da covid-19, e viu um aumento de 8% nas vendas do produto no ano passado. Além disso, o Brasil é o terceiro maior consumidor da bebida no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, em segundo, e da China, em primeiro.

Ao Correio, o presidente do Sindicato Nacional da Indústria das Cervejas (Sindicerv), Márcio Maciel, conta que o mercado passa por uma diversificação em nichos, com as empresas mirando setores específicos como as cervejas sem álcool, low carb e premium. O sindicato representa fabricantes de grande porte, como a Ambev e a Heineken.

Segundo Maciel, as cervejarias vêm de um crescimento nas vendas desde 2017, e o cenário deve se manter positivo nos próximos anos, com empresas investindo no mercado brasileiro e pensando em trazer novos produtos ao país. Ele enfatiza, porém, que a **reforma tributária** é importante para o setor, principalmente a simplificação dos **tributos**. Os altos níveis de taxaço impactam o setor. Uma lata de cerveja contém cerca de 56% de **impostos**, por exemplo. Leia, a seguir, os principais pontos da entrevista.

Setor em expansão

O setor de cervejas no Brasil está vindo de alguns anos com um crescimento bom. No último ano, a gente teve um crescimento de 8% em volume. De 2018 para cá, a gente tem tido uma recuperação relevante. Saltamos, nos últimos 10 anos, segundo o Anuário da Cerveja do Ministério da Agricultura, de 157 cervejarias no Brasil para 1.549. Temos a expectativa de passar de 1.600 neste ano. A gente ainda espera ter um crescimento para 2023, e as perspectivas são boas. Não deve ser tão vigoroso quanto foi nos últimos anos, mas a expectativa é, sim, de um crescimento relevante.

Nichos

Estamos começando a ver também o setor da cerveja cada vez mais se dedicando aos nichos. Há todo tipo de cerveja: parecida com champanhe, misturada com café, com frutas cítricas - que inclusive é um tipo exclusivamente brasileiro. São cervejas para todas as categorias de pessoas que querem beber, desde as alcoólicas até as sem álcool. Você tem as que a gente chama de low cost, as mais populares, até as com preços muito mais altos, que se assemelham a vinhos e outros tipos de bebidas.

Zero álcool

O setor de low and no (com baixo teor ou sem álcool) deve crescer bastante. Há uma década, o pessoal bebia cervejas zero álcool e dizia pô, não é a mesma coisa. A inovação no setor foi tão forte que hoje tem cerveja zero álcool que é cerveja mesmo. Ao fim do processo de produção, é adicionada uma nova etapa que retira o álcool por diferentes formas, algumas por evaporação, outras usando um tipo específico de lúpulo. No Brasil, de 2019 para cá, a gente praticamente triplicou o volume de cervejas zero sendo vendidas. A gente saiu de 140 milhões de litros para 390 milhões no fim do ano passado.

Moderação

Quem bebeu uma cerveja zero recentemente viu que é igual a uma tradicional. Isso é muito bom. Permite que as pessoas que não podem ingerir álcool, ou não querem, possam ter a oportunidade de participar de uma celebração. Por exemplo, vou em um happy hour, mas vou dirigir depois. Posso tomar um produto que não vai me colocar em risco dirigindo. A gente diz muito no setor que, hoje em dia, a cerveja zero álcool é um convite à moderação, tema que as cervejarias trabalham há décadas. A gente deu mais essa ferramenta para o consumidor. Mundialmente, segundo a Worldwide Brewing Alliance, é um mercado que deve crescer em pelo menos um terço até 2025. O mercado está estimado em US\$ 10 bilhões.

Cerveja low carb

Temos também as cervejas que a gente chama de low carb, que têm menos álcool e menos calorias, outro perfil de cervejas. A média de teor alcoólico é de 4,5%.

Essas cervejas low estão em torno de 3% e com baixa caloria, normalmente menos de 70 kcal. Então são cervejas para você tomar saindo da academia, querendo algo para se hidratar, porque, querendo ou não, 96% da cerveja é água. Para quem tem esse estilo de vida mais fitness, quer consumir menos calorias, é um mercado que está crescendo em todo o lugar do mundo.

Reforma tributária

O setor é totalmente apoiador da **reforma tributária** e de todas as reformas estruturantes que melhorem a qualidade de vida do brasileiro, a capacidade de você gerar emprego, gerar renda, e produzir aqui no Brasil. O setor cervejeiro - e os números mostram isso - é parceiro da retomada econômica do Brasil. Na nossa cadeia produtiva são gerados mais de 2 milhões de empregos, do campo à mesa. O que for ajudar esse mercado a gerar mais empregos, é positivo.

Imposto simplificado

Na nossa avaliação, está sendo discutida hoje uma reforma que foca em melhores práticas internacionais. Simplificar sem aumento de carga funciona no mundo inteiro, então tem que funcionar no Brasil também. É totalmente inviável que, nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) você tenha 160 horas gastas por ano com compliance tributário, e no Brasil você tenha, em média, 1.500 horas. Imagine o custo que está envolvido.

Prejuízo geral

Esse é o cenário para as grandes produtoras de cerveja, que a gente representa. Mas as micro, pequenas e até médias cervejarias também sofrem com esse problema. Óbvio que com uma grandeza diferente. Tem uma pesquisa recente pelo Guia da Cerveja mapeando o cenário das micro e pequenas cervejarias no Brasil. 37% delas colocam a questão tributária como o principal problema. Ah, mas eles não estão na **reforma tributária**, eles estão no Simples. Mas até quem está no Simples tem problema com o nosso cenário atual.

Projeções

As grandes cervejarias, talvez em um ritmo um pouco menor, vão continuar crescendo. Olhando as micro e pequenas, mais da metade delas ficaram no zero a zero em 2022, não obtiveram lucro. Isso é problemático para um setor que tem 1.600 cervejarias. A expectativa para 2023 é que esse cenário se reverta e elas acompanhem o crescimento das mainstreams de fora geral. Há uma expectativa de mais de 80% das

micro e pequenas cervejarias de fato terem um crescimento para este ano. O nosso principal ponto de venda, que são bares e restaurantes, 33% segundo pesquisa da Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) estão com perspectiva de contratar em 2023, o que é superpositivo. E a gente tem um ano cheio de eventos. Temos vários festivais, e 2023 foi o melhor carnaval de todos os tempos, segundo a Confederação Nacional do Comércio (CNC). Mais de R\$ 8 bilhões foram gerados na economia. A expectativa do setor é que seja um ano bom.

Investimentos

A expectativa é de que produtos novos, presentes em outros países, cheguem ao Brasil ao longo deste ano. O setor está investindo bastante. Uma associada nossa, neste mês, anunciou uma expansão com investimento de mais de R\$ 2 bilhões em Pernambuco, em uma fábrica. Outra vai lançar a pedra fundamental de uma fábrica em Minas Gerais, com investimento de mais de R\$ 1,8 bilhão. O pessoal está investindo no Brasil, porque entende que é um mercado que vai crescer.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/05/5095930-presidente-do-sindicerv-apoiamos-toda-reforma-que-ajude-a-gerar-emprego.html>

Premiê japonês anuncia a Lula isenção de visto para brasileiros e empréstimo de R\$ 1 bilhão

Hiroshima

Na reunião bilateral travada em Hiroshima por aproximadamente uma hora, às margens da cúpula do G-7, o primeiro-ministro do Japão, Fumio Kishida, afirmou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que vai adotar a isenção de visto aos brasileiros.

Kishida também anunciou uma linha de crédito de R\$ 1 bilhão voltada ao setor de saúde, sem, no entanto, dar detalhes do formato da concessão do empréstimo.

O aceno do anfitrião vem uma semana depois de o governo retomar a exigência de visto para turistas de Japão, Estados Unidos, Austrália e Canadá. A regra já existia, foi alterada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em 2019 e agora volta a vigorar a partir de 1º de outubro pelo princípio da reciprocidade. Ou seja, o Brasil exigirá o documento porque esses mesmos países exigem visto a turistas brasileiros.

O primeiro-ministro Kishida anunciou que o governo do Japão iniciaria procedimentos para a introdução da isenção de visto de curta duração para portadores de passaporte comum do Brasil, diz um **comunicado** do governo japonês sobre o encontro com Lula.

O Japão tem incentivado as viagens internacionais de seus cidadãos como forma de aquecer o mercado de companhias aéreas, assim como espera fôlego do turismo nacional em meio ao iene fraco frente ao dólar e ao controle da covid-19 em todo o globo.

De acordo com a nota do governo do Japão, os dois líderes se comprometeram a trabalhar juntos para proteger o meio-ambiente e combater as mudanças climáticas. O primeiro-ministro Kishida expressou sua esperança no avanço da **reforma tributária** no Brasil, afirmando que as empresas japonesas também estão atentas a isso, acrescenta o texto.

A defesa da **reforma tributária** brasileira já fora feita pelo chanceler do Japão, Yoshimasa Hayashi, em bilateral com o ministro de Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira. Os empresários japoneses também expressaram a mesma opinião de otimismo em reunião em Tóquio com o ministro da Fazenda,

Fernando Haddad.

A linha de crédito de R\$ 1 bilhão foi confirmada no **comunicado** japonês, mas sem detalhes. A comitiva brasileira tampouco emitiu seu posicionamento sobre essa questão. O primeiro-ministro Kishida afirmou que o Japão em breve realizaria um empréstimo em ienes japoneses no valor de 30 bilhões de ienes [R\$ 1 bilhão] para apoiar ativamente a saúde e outros setores do Brasil, diz o texto.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Premiê japonês anuncia a Lula isenção de visto para brasileiros e empréstimo de R\$ 1 bilhão

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/05/20/premie-japones-anuncia-a-lula-isencao-de-visto-para-brasileiros-e-emprestimo-de-r-1-bilhao.htm>

Arthur Lira debate proposta da reforma tributária com governadores

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, debateu nesta sexta-feira (19) no Rio de Janeiro a proposta de **reforma tributária** com governadores do Sul e do Sudeste.

Renato Casagrande, governador do Espírito Santo, pontuou como uma grande preocupação no texto da reforma, o Fundo de desenvolvimento Regional.

Casagrande afirmou que é preciso que ele seja um instrumento bastante claro no texto para que não haja uma concentração de riqueza ainda maior no país.

Arthur Lira reconheceu que os problemas moram nos detalhes e que todos eles deverão ser esclarecidos e também destacou a importância da clareza do Fundo de Desenvolvimento Regional.

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, disse que há muitas questões ainda a serem esclarecidas no texto mas que a perspectiva para o Rio é positiva.

O presidente da Câmara afirmou que vai pautar a **reforma tributária** ainda neste semestre, mas que não há como garantir aprovação nesse prazo. Em relação ao arcabouço fiscal, Arthur Lira disse que vai trabalhar para que o texto tenha uma votação ainda maior que a registrada no pedido de urgência, aprovado por 367 parlamentares.

Além dos governadores do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, também participaram do encontro no Palácio Guanabara, os vice-governadores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, o relator da proposta da **reforma tributária**, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro, entre outros parlamentares.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/politica/audio/2023-05/arthur-lira-debate-proposta-da-reforma-tributaria-com-governadores>

A alíquota única deve prevalecer na reforma tributária? NÃO (Vander Costa)

Vander Costa

Empresário do setor rodoviário de cargas, é presidente do Sistema Transporte: CNT (Confederação Nacional dos Transportes); Sest (Serviço Social do Transporte) e Senat (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte); e ITL (Instituto de Transporte e Logística)

A **reforma tributária** é necessária e precisa ser célere. A discussão afasta o apetite de novos investimentos, pois o capital não terá segurança em investir sem conhecer as regras tributárias que irão vigorar.

Já temos o desincentivo ao investimento em razão da alta taxa de juros e da incerteza de como será aprovado o novo arcabouço fiscal, e a insegurança jurídica da **legislação tributária** faz com que a economia fique estagnada, reduzindo o crescimento. Por isso, defendemos que a **reforma tributária** seja definida com urgência no Congresso e levada à sanção presidencial.

Para termos celeridade, é aconselhável que o governo dê transparência, publicando os estudos que o levam a afirmar que todos serão beneficiados, que não haverá aumento da carga tributária e que a alíquota de equilíbrio é realmente a de 25% apontada pelos técnicos.

Apoiamos a reforma que reduza a burocracia, não aumente a carga tributária, melhore o ambiente de negócios, reduza a tributação no consumo e melhore a vida de quem efetivamente paga os **tributos**, que é o consumidor final. Para atender a esses princípios, precisamos de uma reforma diferente da que vem sendo divulgada -ou, como dito antes, que o governo seja transparente e apresente os dados para demonstrar que tem razão. Enquanto esses dados não vêm a público, entendemos que o melhor para o Brasil é uma reforma que traga o imposto único sobre o consumo, com alíquotas variadas, pois é assim que funciona nos países que adotam o IVA (Imposto sobre Valor Agregado).

As alíquotas variadas são necessárias até para que o governo possa fazer política pública, reduzindo ou isentando produtos e serviços básicos, como o transporte público de passageiros, e onerando os supérfluos ou que fazem mal para a saúde, como

bebidas alcoólicas, tabaco e joias. O Brasil precisa também definir como vai proceder com relação à transição energética -se vai ou não onerar combustíveis fósseis. Assim, entendemos ser necessária a possibilidade de alíquotas múltiplas.

Se pretendemos ter imposto não cumulativo, é indispensável garantir o crédito do imposto gerado na etapa anterior. A ideia do "split payment" [serviço que divide recebíveis de maneira automática entre os envolvidos em uma transação], se vier na lei, deve ser condicionada à sua prévia implantação no Brasil.

Não dá para confiar que será implantado no curto prazo, pois, depois de a receita pública receber sem crédito, não vai ter agilidade em colocar a técnica em funcionamento e reduzir a arrecadação. Assim tem ocorrido no Brasil e, apenas para exemplificar, podemos citar a Lei Kandir. O ideal é aproveitar a reforma e tirar o poder de normatizar das receitas, pois isso iria reduzir muito a judicialização de processos tributários no Brasil.

Para termos o benefício da simplificação do processo tributário, é indispensável que a legislação entre em vigor em substituição à atual. De outra forma, vamos ter que conviver com dois processos, o atual e o novo, não tendo o benefício da simplificação para o contribuinte. Um prazo razoável para a entrada em vigor -tenho ouvido falar em nove meses- é o suficiente para as empresas adaptarem seus sistemas, migrando do atual para o novo. A transição pode ser necessária para a equalização da distribuição entre a União e os entes federados, mas não para os contribuintes.

Pelo exposto, o setor de serviços, que é o principal gerador de empregos, será onerado pelo aumento da carga tributária. Portanto, é conveniente que, de forma simultânea, seja aprovada a desoneração da folha de pagamentos dos setores que geram emprego.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2023/05/a-aliquota-unica-deve-prevalecer-na-reforma-tributaria-nao.shtml>

A alíquota única deve prevalecer na reforma tributária? SIM (Roberto Luis Troster)

Roberto Luis Troster

Doutor em economia e consultor, é ex-economista-chefe da Febraban (Federação Brasileira de Bancos)

A obsolescência ocorre quando a mudança externa é maior que a interna. É o que aconteceu com a estrutura tributária nacional, que tem como base a reforma que entrou em vigor em 1967. Na época, inovou: o Brasil foi o segundo país do mundo a implantar um sistema de valor adicionado. A **reforma tributária** foi um elemento importante para explicar o crescimento da economia no chamado "milagre". Ao longo dos anos, porém, foi sendo alterada para se adaptar às circunstâncias, com pequenas mudanças que criaram distorções que se avolumaram.

A obtenção de alguns ganhos pontuais, com ajustes tributários para poucos, resultou num sistema que é prejudicial ao conjunto. Inibe investimentos, cria insegurança jurídica, provoca a guerra fiscal e tira competitividade da economia brasileira. O resultado das adaptações é chamado por alguns de "manicômio tributário".

O Brasil de 1967 é diferente do Brasil de 2023. A realidade e a melhor tributação para o país são outras. É necessária uma estrutura tributária que promova a equidade e a competitividade da economia. A **reforma tributária** que está sendo proposta, com uma alíquota única, é um passo importante nessa direção.

A proposta simplifica e mantém a carga tributária total. O saldo líquido é o mesmo, mas com transparência. Na média, dois terços dos setores vão ter suas alíquotas reduzidas, e um terço, aumentada -entre estes, os dos itens da cesta básica. Para compensar as classes de renda mais baixas pelo aumento, está previsto na reforma o "cashback" do consumidor. É um reembolso de uma parte dos **impostos**, até um determinado limite. Pode ser implantado rapidamente via conta de poupança ou cartão de crédito. Funciona bem em outros países. O sistema pode ser sintonizado de maneira que localidades mais pobres tenham um "cashback" maior.

A alíquota única seria aplicada a todos os bens e serviços em todos os setores da economia. Torna o sistema mais eficiente, mais simples e mais

transparente. Diminui a evasão fiscal. Elimina a necessidade de classificar os produtos e serviços. Simplifica a arrecadação. Tem o efeito de uma minirreforma administrativa na União, nos estados e nos municípios.

Um problema apontado na proposta da reforma é que impediria alíquotas diferenciadas para incentivar setores e atividades meritórias, como sustentabilidade, setores emergentes, inovação, pesquisas e competitividade externa. Na teoria é verdade; mas, na prática, não acontece. Um caso emblemático é a tributação de moto aquática, que tem alíquota zero de imposto de importação. Há milhares de outros exemplos.

É fato: serviços médicos não devem pagar o mesmo imposto que serviços de lazer. O problema tem solução: é criar um "cashback" para empresas e setores no mesmo esquema do "cashback" do consumidor. O imposto é recolhido, e há um reembolso para os beneficiados. A grande vantagem é que é transparente. Pode ser implantado rapidamente. Pode ser desenhado de maneira que os governos possam ajustar valores a cada tanto, para atender a demandas pontuais.

Há um complemento da reforma que avança no Congresso Nacional -a nota fiscal única. Bom. Outro complemento que melhoraria ainda mais a reforma seria a implantação de um imposto de valor agregado na intermediação financeira, transferindo o ônus da tributação de devedores para credores. O Brasil não pode esperar.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/05/a-aliquota-unica-deve-prevalecer-na-reforma-tributaria-sim.shtml>

Arthur Lira diz que reforma tributária será votada antes do recesso, em julho

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou na noite desta sexta-feira (19) que espera votar até o fim do recesso dos deputados, em julho, a proposta de **reforma tributária**.

"A pauta será no primeiro semestre. Não posso garantir aprovação. Posso garantir uma discussão ampla, facilitar o debate, fazer com que os assuntos cheguem com tranquilidade", disse Lira, após encontro com governadores e secretários de Fazenda do Sul e Sudeste no Palácio Guanabara, sede do Governo do Rio de Janeiro.

Lira disse que, apesar dos debates sobre a reforma ainda permanecerem, será possível concluí-lo até julho. Para o presidente da Câmara, o primeiro ano de governo é o mais propício para a aprovação da proposta.

"Se um governo não fizer as reformas no primeiro ano, não consegue fazer por conta do calendário eleitoral. E o Senado teria que ter o mesmo prazo de discussão da Câmara, que foram os seis meses", disse ele.

Lira evitou garantir a aprovação do projeto. Disse, porém, que a definição sobre detalhes do novo arcabouço fiscal, a ser votado a partir da semana que vem, pode facilitar a aprovação da **reforma tributária**.

"Em relação ao arcabouço, o debate foi tão amplo que alcançamos 367 [votos pela urgência]. Vamos trabalhar para que o texto tenha uma votação ainda maior. Esperamos que essa fase seja vencida já na próxima semana para que a gente foque nos seus complementos, que são as matérias que arrumarão o espaço orçamentário de crescimento da receita corrente líquida, do primário", disse o presidente da Câmara.

"Essa discussão facilitará a discussão da **reforma tributária**. Alguns temas mais árdios que viriam na discussão da **reforma tributária** podem ser antecipados nessa discussão pós votação do arcabouço."

Os governadores Cláudio Castro (PL-RJ) e Renato Casagrande (PSB-ES) participaram do encontro e expuseram o que classificaram como "inquietudes" em relação ao projeto. A principal preocupação foi em garantir a manutenção do fundo de desenvolvimento

regional, a ser usado para compensar estados que perderem receita com a reforma.

"Somos favoráveis à ideia de uma reforma, mas também achamos que há posições que os estados podem colaborar. Não daremos a falsa impressão de que queremos atrapalhar. Cada decisão tomada lá mexe no dia a dia de quem esta governando", disse Castro.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/arthur-lira-diz-que-reforma-tributaria-sera-votada-antes-do-recesso-em-julho.shtml>

Todos os setores da Fiesp foram convencidos de que o IVA Dual é o melhor imposto, diz Josué

São Paulo

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, disse nesta sexta-feira, 19, durante evento sobre **reforma tributária** organizado pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide) que, depois de muita discussão interna, os 27 setores representados pela entidade chegou à conclusão de que o IVA Dual é o melhor imposto para o Brasil.

A entidade, defensora deste modelo de tributo, concedeu a entrevista ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) na semana passada em que seu economista-chefe, Igor Rocha, fez defesa enfática da implementação de um IBS, ou IVA, de modelo dual, com a extinção de apenas cinco **tributos** (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) no lugar dos nove **tributos** originalmente previstos para substituição por um único IBS.

Nesta sexta, no Lide, Josué Gomes reforçou a predileção da casa por este modelo de **impostos**. Desde que assumi à presidência da Fiesp começamos a discutir a **reforma tributária**. Convencemos os 27 setores da casa de que o IVA Dual é o melhor imposto , disse.

Ainda, de acordo com o presidente da Fiesp, o atual sistema tributário do Brasil onera a produção de o investimento. Na opinião dele, trata-se de um sistema tributário ultrapassado, que se esgotou.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/19/todos-os-setores-da-fiesp-foram-convencidos-de-que-o-iva-dual-e-o-melhor-imposto-diz-josue.htm>

Meirelles: A complexidade tributária prejudica a produtividade da economia brasileira

L. Coelho

A **Reforma Tributária** foi o tema do evento organizado pelo Grupo de Líderes Empresariais (LIDE) em São Paulo. Estiveram presentes o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes , Ronaldo Caiado , Governador de Goiás, o board member do LIDE, Roberto Giannetti da Fonseca , do co-chairman do LIDE, Ministro Henrique Meirelles, chairman do LIDE, Luiz Fernando Furlan , o presidente do LIDE, João Doria Neto , além de outras autoridades e membros da administração pública.

No centro das discussões, as propostas de **reforma tributária** pelas PECs 45 e 110, que foram criticadas pelos participantes. O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), defendeu que não se pode matar a federação em nome de uma reforma. Caiado é favorável a um fatiamento, já que um País de dimensões continentais torna difícil que haja uma unidade. Não podemos, em nome de uma **reforma tributária**, matar a Federação , disse o governador.

Uma publicação compartilhada por Perfil.com Brasil (@perfilcombrasil)

Uma publicação compartilhada por Perfil.com Brasil (@perfilcombrasil)

Já o economista e ex-ministro Luiz Fernando Furlan afirmou que, na sua visão, a **reforma tributária** deve ser feita gradualmente . Nem que ela seja fatiada, buscando a unificação de **tributos**. Feita passo a passo mesmo, não será da noite para o dia, o contribuinte precisa se acostumar com essa ideia , afirma Furlan.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/meirelles-a-complexidade-tributaria-prejudica-a-produtividade-da-economia-brasileira,b95686736f88d51688ede0a37b3ef01cpbqzlhck.html>

Relator defende reforma tributária ousada e que umbigo seja deixado de lado

São Paulo

O deputado relator da **reforma tributária** na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), rebateu quem defende que a reforma em discussão no Congresso seja simplificada. Segundo ele, as mudanças no sistema de tributação precisam ser ousadas para resolver problemas que dificultam o desenvolvimento do País.

A gente precisa fazer uma reforma ousada. Não precisa de reforma simples. Simples cada um faz. Se a gente não combater cumulatividade, combater o que tivermos de combater, a gente vai negar ao Brasil, num momento importante do país, o que a gente precisa, afirmou o parlamentar, durante evento do Lide Brazil, nesta sexta-feira, para discutir a reforma.

Ribeiro respondeu a críticas de participantes do seminário, que defenderam a reforma precisa ser simples para atrair o apoio de estados e municípios, sob pena de não ser aprovada.

Um dos críticos da proposta em discussão na Câmara é o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), que diz que a cidade perderá R\$ 15 bilhões anuais em arrecadação se o texto atual for aprovado.

A gente tem que deixar o nosso umbigo de lado, tem que pensar no vizinho. Não tem que pensar em prefeitura de São Paulo, no governo de Goiás, no governo do Amapá. A gente tem que pensar em um sistema colaborativo, rebateu Ribeiro.

O relator rebateu críticas que associavam as PECs 45 e 110, em debate no Congresso, a interesses do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao seu partido político, o PT. Segundo ele, ainda muita desinformação sobre a reforma porque o texto final da proposta não foi apresentado.

Ribeiro disse que reforma é do País, e não do presidente Lula e nem do PT. Foi uma resposta direta ao senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), autor da PEC 46, que afirmou que a proposta em discussão é do PT, do presidente Lula e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Senador, essa reforma começou com o presidente Bolsonaro, disse.

O relator também disse que é preciso se ter a clareza de que, sem a **reforma tributária** haverá uma crise

federativa no País. Mas ele concordou com o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, de que não se pode mudar o sistema tributário da noite para o dia.

A **reforma tributária** deve ter dosimetria para não deixar ninguém inseguro, disse Ribeiro, ao afirmar diretamente pra o governador goiano que a reforma é estruturante, não é para gerar efeitos no curto prazo e que por isso tem um período de transição.

Ele também fez questão de ressaltar que a questão da tributação do consumo é algo que já deveria ter sido pacificado no Brasil como já o é na Europa. O mundo já tributa o consumo e já está mudando a base de tributação para bens e serviços. Nós temos agora a grande oportunidade de mudar a base de tributação, para bens e serviços, disse, emendando que, se há algo no Brasil que reúne consenso na questão tributária é que os brasileiros conseguiram criar o pios sistema tributário do mundo.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/05/19/relator-defende-reforma-tributaria-ousada-e-que-umbigo-seja-deixado-de-lado.htm>

Reforma tributária terá na prática cinco alíquotas de imposto, diz deputado (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

O novo imposto sobre o consumo que será criado com a **reforma tributária** terá, na prática, cinco alíquotas, segundo o coordenador do grupo de trabalho da Câmara que trata do tema, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG).

Segundo ele, além do imposto padrão, que será aplicado à maioria dos bens e serviços, haverá um percentual reduzido, a chamada alíquota de equilíbrio, que busca equilibrar a carga tributária em algumas situações. Haverá ainda a aplicação de alíquota zero.

Lopes incluiu na conta ainda o imposto seletivo, que garante uma tributação adicional para desincentivar o consumo de alguns produtos, como bebidas alcoólicas. Com isso, evita-se que leite e champanhe, por exemplo, tenham a mesma tributação, afirmação que vem sendo repetida por alguns especialistas contrários à reforma.

O deputado citou ainda a questão do Simples Nacional, que também terá tratamento diferenciado. Nesse caso, a empresa pode optar por recolher o tributo dentro das novas regras, o que é vantajoso para quem é fornecedor de produtos e serviços a empresas, ou permanecer no sistema atual, o que seria melhor para quem vende direto ao consumidor.

Lopes disse ainda que, em vez de criar múltiplas alíquotas diferenciadas, a ideia é agrupar diversos produtos com uma mesma tributação. "Em vez de uma alíquota para educação, uma para agro, uma para saúde, uma para transportes de passageiros, podemos fazer uma alíquota de equilíbrio para todos esses setores", afirmou o deputado durante debate promovido pelo Lide nesta sexta (19).

Durante o encontro, representantes dos governos estaduais e municipais mostraram divergência em relação à reforma.

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, disse que é necessário fazer a reforma de forma fatiada, como está sendo feito na **reforma política**.

"Não vai passar [**reforma tributária**] se nós não simplificarmos o processo. Não vai passar uma mudança que, na prática, vai tirar a iniciativa de cada governador e cada prefeito. Vai transformar o governador e o prefeito em mero ordenador de despesa que vai receber uma mesada", afirmou.

"Eu acredito na simplificação. Vamos fazer com que haja o fatiamento da discussão, para que a gente não chegue amanhã em um processo de se decepcionar completamente"

Thompson Lemos Neto, subsecretário de Política Tributária e Relações Institucionais do estado do Rio de Janeiro, afirmou que o estado é a favor de uma reforma que traga os princípios da simplificação, tributação no destino, base ampla e redução de regressividade, mas mostrou preocupação com a preservação da autonomia dos entes federados.

Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes, secretário-adjunto de Fazenda de Minas Gerais, disse que a questão das divergências entre os entes vai ser resolvida durante os 50 anos de transição para a distribuição das receitas. "Politicamente, estamos em um momento único para que o debate avance. O sistema atual prejudica o crescimento do país."

O relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse que a reforma não vai impactar as finanças de estados e municípios nas próximas gestões e que o resultado final será positivo para todos os entes .

"A gente precisa de uma reforma ousada", afirmou. "Temos de pensar em uma estrutura colaborativa federativa. Não pode deixar que a vaidade esteja acima do interesse público."

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/reforma-tributaria-tera-na-pratica-cinco-aliquotas-de-imposto-diz-deputado.shtml>

Não podemos, em nome de uma reforma tributária, matar a Federação , diz Caiado

São Paulo

Em evento organizado pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide) em que as propostas de **reforma tributária** pelas PECs 45 e 110 estão sendo duramente atacadas pelos participantes, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), defendeu que em nome de uma **reforma tributária** não se pode matar a federação.

Crítico contumaz das duas PECs em tramitação no Congresso pela mudança que elas propõem, de trocar a tributação na origem pela cobrança dos **impostos** no destino e retirada da autonomia de Estados e municípios para gerir seus **impostos**, Caiado disse que **reforma tributária** tudo bem , mas que não se deve tirar a capacidade criativa dos Estados .

Caiado, que foi reeleito na eleição de 2022, deu como exemplo a sua experiência no primeiro mandato à frente do Governo de Goiás. Disse que quando chegou ao Palácio das Esmeraldas encontrou as contas do Estado com um rombo de R\$ 6 bilhões e que teve que pedir uma reestruturação fiscal.

Hoje estamos com um superávit de R\$ 9 bilhões , disse o governador para em seguida defender a autonomia que segundo ele permitiu a recuperação do caixa. Não podemos, em nome de uma **reforma tributária**, matar a Federação , reiterou o governador, que entre outras coisas defende também o fatiamento da **reforma tributária**.

Goiás tem se mostrado preocupado também com a mudança da tributação na origem para o destino porque, como o Estado é exportador, com a reforma aprovada, passaria a perder receita.

O governador goiano também criticou a pressa de se aprovar a **reforma tributária**, sem ter ideia antes do conteúdo das leis complementares que vão regular o novo sistema tributário. Caiado, que é médico de formação, argumentou que quando a gente opera no papel, não infecciona, não vai pra UTI, não tem intercorrência, não sangra , para justificar a sua crítica à falta de leis complementares para a reforma.

Ainda sobre as propostas de reforma em tramitação, o governador de Goiás afirmou que quando elas são colocadas na mesa, começam as complicações.

Vamos ter sensatez de que seja gradual, vamos começar pelos **impostos** federais. Todo mundo é a favor da reforma, mas vamos ser realistas , disse Caiado.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/19/nao-podemos-em-nome-de-uma-reforma-tributaria-matar-a-federacao-diz-caiado.htm>

Com PEC 46 todos ganham e com 45 e 110 municípios perdem, diz prefeito de SP sobre tributária

São Paulo

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), defendeu que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 46, de autoria do senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), é a melhor para **reforma tributária**. O texto propõe a simplificação na cobrança de ICMS e ISS, **impostos** sobre o consumo cobrados por Estados e municípios, respectivamente.

Apesar da defesa do prefeito, as PECs 45 e 110 estão em discussão avançada no Congresso, e a junção das duas matérias deve se transformar no texto final da reforma. As propostas preveem a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), extinguindo ICMS e ISS. Para Nunes, as duas PECs fazem os municípios perderem arrecadação.

Na PEC 46, todos ganham. Municípios como um todo perdem com as PECs 45 e 110, estimou o prefeito em evento do Lide sobre a **reforma tributária**, na manhã desta sexta-feira, 19, em São Paulo.

Ele disse ainda que o município ficaria prejudicado porque fez o dever de casa fiscal e ganhou rating AAA de agências de classificação de risco internacional.

O prefeito estima que o Estado de São Paulo perderia R\$ 15 bilhões com as PECs 45 e 110. A pergunta que fica é: qual hospital que eu vou fechar, qual UBS que eu vou fechar, qual parque que eu vou fechar?, questionou Nunes.

O prefeito defendeu, ainda, que a simplificação tributária, proposta pela PEC 46, aumentaria a competitividade entre os municípios. Defendo uma simplificação para que os municípios tenham agilidade, atrair mais investimentos. Cidades-países como São Paulo precisam ter condições de competir.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/05/19/com-pec-46-todos-ganham-e-com-45-e-110-municipios-perdem-diz-prefeito-de-sp-sobre-tributaria.htm>

Discussão sobre queda de juros é técnica, não deve ser política, mas é legítima, diz Haddad

São Paulo e Brasília

Ao considerar que as medidas do governo para reequilibrar as contas públicas abrem espaço ao início de uma distensão monetária, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a discussão sobre corte de juros é legítima e não pode ser política.

Essa discussão é técnica, não deve ser política. Ela é legítima. Você pode ter dois economistas bem formados, um que acha que é melhor esperar e outro que pensa que pelo andar da carruagem já há espaço para que a política monetária reforce a política fiscal, comentou em entrevista ao empresário Abilio Diniz no programa Caminhos, da CNN Brasil.

Segundo Haddad, a discussão não é mais sobre o que o Banco Central (BC) deve fazer, mas sim quando a autoridade monetária começará a cortar os juros. Dentro da técnica, é possível você discutir, assinalou o ministro da Fazenda, fazendo um paralelo com a Medicina. Se isso não fosse possível, você jamais ouviria a segunda opinião do médico. Por que você ouve uma (segunda) opinião do médico? Para ouvir uma opinião política? Não, para ouvir uma opinião técnica, que valide a primeira opinião.

Entre as ações tomadas para recompor as finanças do governo federal, Haddad salientou não ter sido fácil para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reonerar os combustíveis. Porém, avaliou que a medida foi compreendida pela sociedade. Ninguém gosta de populismo que vai naufragar depois de dois anos.

Na entrevista, Haddad manifestou também confiança na votação da **reforma tributária**, para a qual o Congresso, julgou, está pronto. Uma vez encaminhados o arcabouço fiscal e a reforma dos **impostos** sobre o consumo, o ministro adiantou que o governo deve avançar, a partir do segundo semestre, numa agenda com objetivos de médio e longo prazo que inclui transição energética, na qual o Brasil tem posição privilegiada por sua matriz limpa. Há um conjunto de 100 ações programadas e organizadas em seis eixos para completar a transição ecológica até o fim do mandato, informou.

Para Haddad, o governo está com mais noção de suas possibilidades e do nível de integração que precisa manter com os demais Poderes. Internamente, pontuou, podem haver divergências, arbitradas pelo presidente Lula. Contudo, no básico todos do governo convergem para o mesmo lugar, garantiu.

Em debate com Abilio sobre a origem dos problemas da maioria dos países - se por falta de projetos, como defendeu o ministro, ou por falta de gestão, como sustentou o empresário -, Haddad comentou que a máquina pública já foi melhor no Brasil. Passamos por um desmantelamento da máquina pública, não diria em todos os setores, afirmou o titular da Fazenda, apontando os ministérios de Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, e da Saúde entre os que mais sofreram nos últimos anos.

Essas coisas estão sendo recompostas, afirmou. No que diz respeito à Fazenda, quero dizer que as carreiras de Estado da Fazenda são carreiras de excelência. Você encontra técnicos de excelente qualidade, do assunto que você imaginar, e que agora se sentem, na minha opinião, um pouco mais valorizados e estimulados. Deixou-se de demonizar o serviço público, acrescentou.

Agronegócio

Ao ser questionado sobre os atritos do governo com setores do agronegócio, Haddad disse que sua interação com o setor é indireta, sendo mediada pelo Ministério da Agricultura. O que a gente cuida, e cuida bem, é do Plano Safra, pontuou.

Apesar dos recordes na produção de grãos - a agricultura no País está indo bem -, defendeu -, ele manifestou preocupação com a queda em algumas culturas importantes, nas quais a produção per capita está caindo. Ainda assim, Haddad frisou que o agronegócio é a atividade onde a produtividade do trabalho mais cresce no Brasil.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/05/19/discussao-sobre-queda-de-juros-e-tecnica-nao-deve-ser-politica-mas-e-legitima-diz-haddad.htm>

PL de Bolsonaro foi mais decisivo para avançar com arcabouço fiscal do que PSOL e Rede, que têm ministérios

Por *Dimitrius Dantas e Victoria Abel - Brasília*

Partido do ex-presidente Jair Bolsonaro e dono da maior bancada da Câmara, o PL ajudou mais o governo a aprovar a urgência do arcabouço fiscal, pauta prioritária do Palácio do Planalto, do que Rede e PSOL, que comandam ministérios. Um terço dos deputados da principal legenda de oposição endossou o avanço do texto, irritando a militância bolsonarista, o que já levou a cúpula da sigla a atuar para conter fissuras. No caso do PSOL, em que todos os parlamentares foram contra a proposta, também há reflexos: uma ala do PT considera que a traição em massa pode ameaçar a promessa de apoio ao deputado Guilherme Boulos (PSOL-SP) na corrida pela prefeitura de São Paulo no ano que vem.

As duas votações mais relevantes no Congresso até agora tiveram resultados distintos para o Planalto: evidenciaram que o tamanho restrito da base demandará negociações caso a caso, mas indicaram um possível caminho para a articulação política. Além da urgência para apreciação do arcabouço, a Câmara votou - e derrubou - decretos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que alterariam o marco do saneamento, aplicando uma derrota ao petista. Um levantamento do GLOBO com base nos dois resultados mostra que 191 deputados, ou 37% do total, apoiaram as novas regras de gastos após terem ido contra os interesses do Executivo nas mudanças no saneamento, sinalizando que há margem de negociação com o governo.

- Nenhum deputado é obrigado a votar do jeito que o governo quer. A cada votação você tem que conversar com todos - disse Lula na semana passada.

No caso do partido de Bolsonaro, foram 29 votos favoráveis a acelerar a tramitação do arcabouço e 59 contrários - o patamar de um terço de aprovação foi considerado alto na Câmara para uma sigla que se opõe a Lula e cuja liderança orientou o voto "não". Há um grupo do PL que se identifica mais com o Centrão, ala conhecida pelo pragmatismo político do que por posicionamentos ideológicos, do que com a extrema-direita e não esconde que votará com o Planalto sempre que concordar com as propostas.

O deputado Yury do Paredão (PL-CE), por exemplo, foi atacado por bolsonaristas nas redes sociais e chamado de traidor. Mas Luiz Carlos Motta (PL-SP), outro a votar favoravelmente à urgência, negou que o partido tenha feito cobranças.

- Nossa bancada é muito grande. É difícil ter unidade. O partido vai cobrar união nas pautas da direita conservadora, como as de costumes. Mas muitos acharam que as modificações no texto do arcabouço foram satisfatórias e precisamos ter respeito pelos mandatos. Não é o caso de fecharmos questão - afirmou ao GLOBO o líder do PL na Câmara, Altineu Côrtes (RJ).

A federação que une PSOL e Rede, por sua vez, apresentou 12 votos contra e nenhum a favor. O posicionamento irritou petistas, mas não surpreendeu integrantes da equipe econômica que, sob reserva, afirmam que a legenda "não tem vocação para governar nem conciliar".

Lideranças do PT afirmam que a aliança para lançar Boulos à prefeitura de São Paulo em 2024 pode estar sob risco se a legenda insistir no voto contra o arcabouço fiscal também no mérito. Diante do mal-estar, um petista ainda lembrou que na mesma semana em que o atual prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes (MDB), fez um gesto de apoio à **reforma tributária**, Boulos votou contra a urgência do principal projeto do governo até agora.

- A atuação no Congresso não está diretamente atrelada a acordos eleitorais, mas acho que se Boulos votar contra a proposta do regime fiscal sustentável, ele perde uma oportunidade de se apresentar como uma liderança que dialoga ao centro - disse o deputado federal Kiko Celeguim (SP), presidente do PT no estado de São Paulo.

Já o presidente do PSOL, Juliano Medeiros, minimizou os impactos políticos do posicionamento na Câmara:

- Não acredito que uma votação seja suficiente para comprometer eventuais alianças em 2024. Ninguém vai votar sempre junto, isso faz parte da dinâmica do Parlamento. A bancada do PSOL gostaria de ter mais

tempo para discutir propostas ao texto.

ministerios-1.ghtml

O levantamento com base nas duas votações mostra que há ainda 118 congressistas que votaram ao lado do Planalto em ambos os casos - os integrantes do "núcleo duro" estão em patamar ainda distante do necessário para a formação da maioria absoluta demandada por certos tipos de projetos. Por outro lado, 82 parlamentares se posicionaram contra o governo nas duas ocasiões, indício de que as portas estão fechadas nesse grupo.

A análise considerou os 401 deputados que votaram nas duas matérias. Existe também um grupo formado por dez integrantes de PSOL e Rede que foram a favor das alterações no saneamento e contra o marco fiscal, sentido inverso da maioria.

As duas votações tiveram eixos distintos. No marco do saneamento, a tentativa do governo de mudar via decreto um tema aprovado em lei pelo Congresso gerou reações contrárias e uma derrota expressiva. Já em relação ao marco fiscal, a necessidade de uma regra que substitua o teto de gastos é defendida de maneira suprapartidária, ampliando o arco do governo - hipótese mais fácil de se repetir em temas econômicos, como a **reforma tributária**, do que em assuntos que envolvam costumes.

Desde o início do mandato de Lula, o Planalto tem se esforçado em construir uma base aliada mais sólida com a qual possa contar em votações de seu interesse. Os dados revelam que os partidos de centro que têm ministérios, casos de MDB, PSD e União Brasil, simbolizam, ao mesmo tempo, a dificuldade, já que tiveram peso decisivo na derrota do saneamento, e oportunidade de abertura de espaços - 79 integrantes desse conjunto de legendas apoiaram o Planalto ao menos uma vez.

No Centrão, o PP, do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), recompensou o Planalto com 34 votos em uma das oportunidades. No Republicanos, que também se declara independente, há 31 deputados com alguma inclinação favorável ao Executivo. O desenho tem potencial de ser decisivo, já que há novas possíveis derrotas à vista, como no caso do marco temporal das terras indígenas e na reestruturação da Esplanada dos Ministérios. Há um movimento que envolve até mesmo partidos da base que miram um esvaziamento do poder de petistas, repassando, por exemplo, atribuições da Casa Civil, chefiada por Rui Costa (PT), para o Planejamento, que tem a emedebista Simone Tebet no comando.

Site: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/pl-de-bolsonaro-foi-mais-decisivo-para-avancar-com-arcaouco-fiscal-do-que-psol-e-rede-que-tem->

Chanceler do Japão diz ter esperança na reforma tributária brasileira para elevar investimentos

Hiroshima

Em reunião de aproximadamente 50 minutos com o ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, o chanceler do Japão, Yoshimasa Hayashi, afirmou ter esperança no avanço da **reforma tributária** brasileira como forma de ampliar os investimentos da nação asiática no País. A sinalização positiva por parte do Japão já havia sido feita na semana passada, em um encontro em Tóquio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com empresários locais.

Fechado, o encontro bilateral entre os chanceleres aconteceu em Hiroshima, no hotel em que a delegação brasileira está hospedada. Mauro Vieira acompanha o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na visita oficial ao Japão para participar da cúpula do G7, que acontece na cidade japonesa neste final de semana.

O ministro Hayashi expressou sua esperança no avanço da **reforma tributária** brasileira, afirmando que isso estimularia os investimentos das empresas japonesas, diz o **comunicado** do Ministério de Negócios Estrangeiros do Japão. O Brasil ainda não se manifestou sobre a bilateral. De interesse do governo, a **reforma tributária** vai tramitar no Congresso Nacional após a aprovação do novo arcabouço fiscal.

De acordo com a nota japonesa, Hayashi se comprometeu a manter o apoio ao processo de entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e manifestou o interesse em fortalecer os laços comerciais com o Brasil.

Os dois ministros trocaram pontos de vista, entre outros, sobre a situação na Ucrânia e no Leste Asiático. Os dois ministros também compartilharam a opinião de que os dois países, como membros não permanentes do Conselho de Segurança da ONU, trabalhariam juntos e liderariam as reformas do Conselho de Segurança em união como membros do G4, limita-se a dizer o **comunicado** sobre o ponto nevrálgico das discussões multilaterais em Hiroshima, a guerra na Ucrânia.

Os dois ministros compartilharam a visão de que toda a comunidade internacional precisa trabalhar em conjunto para defender uma ordem internacional livre e aberta baseada no estado de Direito, acrescenta o texto.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/05/19/chanceler-do-japao-diz-ter-esperanca-na-reforma-tributaria-brasileira-para-elevar-investimentos.htm>

Pesquisa mostra que a maioria dos países do mundo adotou o IVA

Por Laura Ignacio - De São Paulo

A maioria dos países do mundo cobra imposto sobre o consumo de bens e serviços e quase todos os integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) exigem o Imposto sobre Valor Agregado (IVA). A única exceção seria os Estados Unidos, onde a cobrança é subnacional.

É o que aponta pesquisa realizada pelo escritório Utumi Advogados, que analisou a tributação sobre o consumo na Índia, EUA, Canadá, Nova Zelândia e México. Segundo a OCDE, em 1º de outubro de 2022, 174 países e territórios do mundo já haviam implementado um IVA.

Especialistas estudam as reformas tributárias realizadas pelo mundo - em especial na Índia, uma das mais recentes - para tentar prever o que acontecerá por aqui. Nesses países, o imposto incide em todas as fases de produção e distribuição e, em geral, alcança também direitos, o que inclui os intangíveis, como marcas.

As exportações são comumente abrangidas pelo IVA, embora normalmente taxadas a zero. Por outro lado, aponta o levantamento, a importação está sujeita à tributação para garantir a neutralidade do sistema tributário.

"**Tributos** sobre o consumo respondem, em média, por cerca de 30% do total das receitas tributárias dos países da OCDE", destaca o estudo. Em 2022, o órgão registrou que a média da alíquota do IVA no mundo estava em 19,2%.

A menor alíquota é a de Andorra, de 4,5%, e a maior é a da Hungria, de 27%. No Brasil, hoje se fala em criar uma alíquota de 25%, por meio da **reforma tributária**.

Nos Estados Unidos se discute a viabilidade de se instituir um IVA federal, mas, hoje, as alíquotas variam por Estado, de 5% a 10%. Incide sobre o preço da mercadoria sem incluir o próprio tributo. Já no Canadá, é cobrada alíquota federal de 5%. Em algumas províncias, cobra-se ainda o local, de 6% a 9,75%. E, em outras, ambos estão embutidos em uma só alíquota, de 13% ou 15%, conforme mostra a pesquisa.

IVA dual da Índia é ruim, mas ainda assim melhor do que existe hoje no Brasil"

- Ricardo Varsano

Na Nova Zelândia, a alíquota do IVA no país é de 15%. Além disso, é cobrado um tributo seletivo sobre bebidas alcoólicas, produtos de tabaco e certos combustíveis (gás natural comprimido, gasolina) - nesse caso, a alíquota varia conforme o produto. No México, a situação é semelhante. O IVA tem alíquota de 16% no país e há um imposto seletivo sobre produtos do mesmo tipo.

Um sistema complexo que melhorou com a instituição de um IVA foi o indiano. Dos participantes do Brics - agrupamento econômico que reúne, além da Índia, Brasil, Rússia, China e África do Sul -, é o país que passou mais recentemente por uma **reforma tributária**. "Acabou abarcando uma série de tributações, gerando simplificação", diz Ana Utumi sócia-fundadora da banca e professora do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT).

Na Índia, mesmo um imposto seletivo e um tributo estadual sobre luxo, que já existiam antes, entraram nessa unificação. Concluída em 2017, a **reforma tributária** indiana criou algumas poucas alíquotas, que variam a depender do tipo do produto, considerando o quanto é "essencial". O percentual teria ficado entre 5% e 28%.

"No caso da Índia, a carga tributária não chega a 20% do **PIB**, enquanto no Brasil ultrapassa a barreira dos 30%", diz Ana. "Com a nova tributação, após a reforma, a arrecadação do país cresceu mesmo com a pandemia da covid-19", acrescenta.

Durante as negociações para a implementação da reforma, os municípios indianos tiveram medo de sair perdendo. Acabaram ficando de fora, segundo Guilherme Lanzellotti Medeiros, coordenador jurídico do Grupo JBS e autor do artigo "A **Reforma Tributária** Indiana de 2017 e o seu Papel no Desenvolvimento Socioeconômico do País. Lições para a Reforma da Tributação do Consumo no Brasil", publicado na revista do IBDT, onde é professor assistente.

A Índia, de acordo com o professor, implantou uma

espécie de IVA dual: um federal e um estadual. "Pelo que se tem falado, há mais semelhanças do que diferenças entre a reforma implantada na Índia e a discutida no Brasil", afirma Medeiros.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 110, que tramita no Senado, propõe a instituição de um IVA "dual": um federal administrado pela União e outro que juntaria o ICMS e o ISS, para ser gerido por Estados e municípios. Já a PEC 45, em andamento na Câmara, pretende criar um IVA nacional.

Leia mais: Entenda as propostas e diferenças das PEC 45 e PEC 110

Segundo Medeiros, havia uma guerra fiscal entre os Estados na Índia e eles temiam, como no Brasil, perder autonomia com a reforma. Mas ela foi aprovada dando direito ao uso amplo de créditos (físicos e financeiros), porém, sem dedução cruzada, separando os créditos da União dos créditos dos Estados.

A sistemática indiana não inclui um sistema de "cashback", mas dá direito ao uso de créditos reconhecidos por até um ano. No Brasil, vários modelos de cashback internacionais são estudados pelo governo para devolver parte do imposto pago de volta à população: Bolívia, Canadá, Colômbia, Equador e Uruguai, esse último já mencionado expressamente por Bernard Appy, secretário especial de **Reforma Tributária**, por permitir o crédito imediato.

Além disso, na Índia um esquema de compensação foi criado. "A União se comprometeu em repor toda perda de arrecadação dos Estados, por causa da **reforma tributária**, pelo prazo de 5 anos", diz Medeiros.

Outras características da situação tributária da Índia, antes da reforma, eram parecidas com as do Brasil atual. "Um grande problema lá era a maior parte do **PIB** vir do setor de serviços, mas a tributação ser voltada ao comércio", afirma Medeiros. "Também existia na Índia a sobreposição de incidência tributária em uma mesma cadeia de consumo."

Segundo dados de 2022, estima-se que houve um crescimento de até 2% do **PIB** da Índia após a **reforma tributária**. De acordo com Medeiros, foi constatado um interessante impacto sobre o **PIB**, vinculado à diminuição do compliance tributário (práticas para reduzir o risco no cumprimento da **legislação tributária**). "Várias concessões foram necessárias para a **reforma tributária** na Índia ser promulgada e aqui deverá acontecer da mesma forma", diz.

Mas lá não implementaram um período de transição. Segundo Ana Utumi, a reforma passou a valer

praticamente de um dia para outro.

No Brasil, afirma Rodrigo Orair, diretor da Secretaria Especial de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, com a aprovação de um IVA dual, a entrada em vigor de um novo tributo federal - fruto da união de PIS, Cofins e IPI - seria imediata. Haveria um período de transição de quatro a seis anos para o tributo subnacional (ICMS e ISS).

Ana Utumi lembra que, mesmo na apuração do Banco Mundial sobre "paying taxes" (pagamento de **impostos**), a Índia não estava tão "na lanterna" em termos de custos e gasto de tempo para as empresas apurarem **tributos** quanto o Brasil. De acordo com o último relatório Doing Business, de 2021, a Índia estava na 115ª colocação, enquanto o Brasil aparecia no 184º lugar.

Para Ricardo Varsano, economista no FMI, o IVA dual da Índia é ruim, mas, ainda assim, incomparavelmente melhor do que existe hoje no Brasil. "Ruim porque o IVA na Índia foi preparado por um grupo composto pelos quase 30 Estados, mas para chegarem a um acordo foi preciso aceitar diversas alíquotas e isenções que prejudicam muito a qualidade do imposto."

Mesmo assim, acrescenta Varsano, foi possível unificar o mercado interno, o que a tributação do início do século impedia. "Estavam 70 anos atrás do Brasil e hoje estão na frente." (Colaborou Marta Watanabe)

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP

Pesquisa mostra que a maioria dos países do mundo adotou o IVA

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2023/05/19/pesquisa-mostra-que-a-maioria-dos-paises-do-mundo-adotou-o-iva.ghtml>

'O governo terá desafio para dar sustentação ao regime fiscal'

Por Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto - De Brasília

Relator do projeto do novo marco fiscal do país, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) está estudando as emendas e sugestões apresentadas ao seu parecer e afirmou que não está fechado a mudanças, mas que só incluirá o que passar pelo crivo de todos os partidos e do governo. Entre as sugestões avaliadas está impedir que o Executivo aumente **impostos** como forma de cumprir a meta fiscal e, assim, não acionar os gatilhos que vedam o crescimento de despesas, como salários.

Em entrevista exclusiva ao Valor, o deputado do PP rebateu as acusações de economistas do mercado financeiro de que flexibilizou o texto para liberar mais R\$ 80 bilhões em gastos pelo governo no próximo ano (leia abaixo) e antecipou que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o informou que enviará dois projetos para aumentar a arrecadação tão logo o arcabouço seja aprovado pelo Congresso, mas destacou que o governo precisará organizar sua base aliada para que essas propostas não sejam "contaminadas". "O governo permitiu que as CPIs fossem instaladas, a base está desarticulada, então, vai ter que enfrentar essas turbulências", disse. Veja, a seguir, os principais pontos da entrevista:

Valor: Os 367 votos a favor do requerimento de urgência surpreenderam o senhor? Esse placar diminui a abertura para mudanças?

Cláudio Cajado: Fiquei feliz. Estava no meu radar o apoio de 340, 350 deputados. Fiquei satisfeito com a votação, mas não fico mais radical sobre a abertura para alterar o texto. Continuo com a tese de que, se a sugestão for para aprimorá-lo, aparar lacunas, estou aberto a ouvir. Agora, não gostaria de individualmente tomar a decisão sem que houvesse a anuência do colégio de líderes e também do governo. Quando construí o texto, ouvi a todos. Gostaria de fazer o mesmo até a votação final porque vejo que foi um processo exitoso.

Valor: Haverá outra reunião com os partidos antes de votar o texto?

Cajado: Espero que o presidente [Arthur] Lira convoque os líderes na segunda-feira ou terça-feira. Vou levar as sugestões que tenho recebido e as

emendas apresentadas já com o posicionamento técnico dos consultores para que possamos fechar o texto, mantendo-o ou alterando-o.

Se tem que contingenciar e não contingenciar, o governo tem que responder por essa falha administrativa "

- Cláudio Cajado

Valor: Mais de 40 emendas foram apresentadas. Há disposição de acatar alguma delas?

Cajado: Já estamos trabalhando tecnicamente em cada uma delas. A maioria sugere reduzir o teto de crescimento real das despesas de 2,5% para 2%. Ainda não me debrucei sobre elas, mas tudo que incluímos no parecer foi em cima de muito estudo. Vou analisar a justificativa para ver o que pode ser aceito.

Valor: Será possível concluir a votação em apenas um dia?

Cajado: Ainda não dá para saber. A previsão é que se vote na terça-feira ou na quarta-feira. Depende da reunião, da abrangência das emendas, das conversas com as bancadas. Na segunda-feira espero ter a radiografia completa das sugestões.

Valor: Haddad já indicou ao senhor como fará para aumentar a arrecadação e dar sustentabilidade à nova âncora fiscal?

Cajado: O ministro me disse que mandará dois projetos de reforço de arrecadação após a aprovação do marco fiscal. Não me especificou quais. O governo vai ter que se desdobrar, vai ter que superar esse desafio para dar sustentação e efetividade ao regime fiscal. O secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, me respondeu um ofício com as estimativas, mas pediu sigilo.

Valor: Com um ambiente mais turbulento, com quatro Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) na Câmara, não será complicado aprovar esses projetos?

Cajado: Não posso fazer esse exercício de futurologia. Existe uma determinação do presidente Arthur Lira de, após a aprovação do marco fiscal, entrar na **reforma tributária**. Essas demais matérias vão ter que

conviver com o ruído político. O governo permitiu que as CPIs fossem instaladas, a base está desarticulada, então, vai ter que enfrentar essas turbulências. Espero que, com o que for de interesse do país, tenhamos na Câmara a mesma consciência e maturidade que estamos tendo no debate do regime fiscal. É importante não deixar contaminar.

Valor: O PSD pediu que o senhor coloque no projeto dispositivo que garanta o não aumento da carga tributária. O senhor vai acatar?

Cajado: Tivemos essa proposta do deputado Pedro Paulo [PSD-RJ]. Ele está com receio de que, se o governo não atingir os recursos necessários para zerar o déficit e ter a garantia de dar sustentação ao regime fiscal, pode tentar aumentar a carga tributária para atingir a meta [e impedir o acionamento das punições e gatilhos]. Ele quer que, ao pedir a suspensão das vedações, o governo não possa apresentar o aumento de **impostos** entre as medidas compensatórias. Estamos estudando e avaliando.

Valor: A bancada do DF pressiona contra a mudança na regra de reajuste do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Haverá recuo?

Cajado: Não tem prejuízo nenhum ao fundo. Pelo contrário. Até 2025 continua da mesma forma. Depois terá a correção pela **inflação** mais reajuste mínimo de 0,6%. É melhor do que existe hoje, que é percentual da receita corrente líquida, porque a nova regra traz mais previsibilidade.

Valor: Uma das emendas no plenário deve ser para permitir o reajuste aos **servidores públicos** em caso de descumprimento da meta e o Congresso sempre foi resistente a penalizar os servidores.

Cajado: Ninguém criou nenhuma medida draconiana, seja contra a gestão, seja contra qualquer servidor público ou contra o presidente. Zero. O que fizemos foi forçar a perseguição da meta com sanções administrativas. Se tem que contingenciar e não contingencia, o governo tem que responder por essa falha administrativa.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
"O governo terá desafio para dar sustentação ao regime fiscal"

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/05/19/o-governo-tera-desafio-para-dar-sustentacao-ao-regime-fiscal.ghtml>

Reforma tributária pode ser divisor de águas para o Brasil, diz Gopinath, do FMI

Por Sergio Lamucci - De Brasília

A **reforma tributária** dos **impostos** indiretos pode ser um divisor de águas para o Brasil, avalia Gita Gopinath, primeira-vice-diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI). "Ela simplificaria o sistema tributário e tem a capacidade de aumentar o crescimento potencial", disse Gopinath. "Se for aprovada, será uma conquista significativa." Em entrevista ao Valor, a número 2 do FMI mostrou ainda uma visão positiva sobre o arcabouço fiscal proposto pelo governo, por considerá-lo útil para a sustentabilidade da dívida e por ajudar num ambiente de **inflação** alta. A economista, porém, entende que há espaço para um esforço mais ambicioso de ajuste das contas públicas além de 2026, o que contribuiria para o endividamento público entrar numa trajetória mais firme de queda.

Em discussão na Câmara dos Deputados, a reforma dos **tributos** indiretos envolve a unificação de três **impostos** federais (IPI, PIS e Cofins), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS), que poderá ser feita eventualmente em duas fases - primeiro com a junção dos federais e depois com a dos regionais. Para Gopinath, embora essa reforma seja em princípio desenhada para ser neutra do ponto de vista das receitas, ela pode ajudar a levantar recursos adicionais, dado o impacto positivo esperado sobre o crescimento potencial.

Os mercados emergentes estão numa posição melhor para enfrentar choques"

Ao falar da economia global, Gopinath traçou um quadro marcado por pressões inflacionárias difíceis de serem dobradas. Para enfrentá-las, os bancos centrais precisam manter-se firmes e seguir com uma política monetária apertada, afirmou ela, que fez a palestra de abertura da Primeira Conferência Anual do Banco Central (BC), realizada na quarta-feira, em Brasília. Na capital, Gopinath também se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Gopinath falou ao Valor depois de seu discurso no BC, destacando também os riscos para a atividade econômica global. O cenário base do FMI aponta para um "caminho estreito" em que a **inflação** volta aos níveis anteriores à pandemia sem uma recessão profunda em muitos países, incluindo os EUA. "Há um

caminho estreito para evitar uma recessão neste ano. Mas, dito isso, há bastante incerteza em torno da nossa projeção e as possibilidades são mais para o lado negativo do que para o lado positivo", advertiu Gopinath.

A economista ressaltou ainda que o FMI trabalha com um crescimento mundial mais baixo. "Se você olhar para as nossas estimativa mais recentes para o crescimento de médio prazo da economia global, ele é de 3%. Se você fizesse a mesma pergunta em 2011, era 4,6%", afirmou ela, lembrando que a taxa de expansão de médio prazo da China deve desacelerar, com o país enfrentando questões como o envelhecimento da população e uma produtividade mais fraca.

Há um caminho estreito para muitos países evitarem uma recessão mais profunda"

Nascida na Índia e com cidadania indiana e americana, Gopinath foi economista-chefe do FMI de 2019 a 2022, assumindo o posto atual em janeiro do ano passado. Foi professora da Universidade Harvard e, antes disso, da Universidade de Chicago. Tem doutorado pela Universidade Princeton, concluído em 2001. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: Depois de um longo período de **inflação** baixa, a economia global enfrentar pressões inflacionárias resistentes nos últimos anos. Quão preocupantes são essas pressões e como os bancos centrais devem lidar com elas?

Gita Gopinath: A **inflação** está caindo em muitos países, especialmente os índices "cheios". Os núcleos de **inflação**, porém, parecem cair muito mais gradualmente e se mostram mais rígidos. Aqui é que está a preocupação. Nós saímos de um período de juros reais [descontada a **inflação**] muito baixos, e agora estamos num período em que os juros reais subiram significativamente, para serem capazes de reduzir a **inflação**. Eu de fato acredito que nós começamos a ver os efeitos dessa política monetária mais apertada sobre a demanda agregada e, com isso, ajudando a baixar a **inflação**. Os fatores do lado da oferta que antes tinham um papel importante, por causa das perturbações nas cadeias produtivas, em grande medida se dissiparam, e isso também contribui para reduzir a **inflação**. Dada a persistência da

inflação, nós temos que assegurar que a política monetária continue crível e as expectativas para os índices de preços não desancorem. Esses são os motivos pelo qual a nossa mensagem para os bancos centrais é manter o curso e a política monetária apertada.

Valor: A sra. acredita que os juros vão ficar nos níveis atuais por um longo período? Há o risco de um novo equilíbrio de **inflação** mais alta, juros mais altos e crescimento mais baixo?

Gopinath: Enquanto os bancos centrais conseguirem ser bem sucedidos em reduzir a **inflação**, e nós não temos um cenário em que as expectativas se desancoram, a nossa expectativa é que os juros reais voltarão a ficar ao redor de onde estavam antes da pandemia - embora seja algo obviamente sujeito a incertezas. O nosso cenário base, porém, de fato envolve crescimento mais baixo no médio prazo. Se você olhar para as nossas estimativa mais recentes para o crescimento de médio prazo da economia global, ele é de 3%. Se você fizesse a mesma pergunta em 2011, era 4,6%. Nós estamos projetando uma desaceleração do crescimento de médio prazo. O crescimento da China de médio prazo, por exemplo, deve desacelerar. O tamanho da economia chinesa já aumentou substancialmente, então não é surpreendente que a sua taxa de expansão esteja desacelerando. Além disso, a China tem os mesmos problemas que vários outros países do mundo enfrentam, como o envelhecimento da população e o crescimento fraco da produtividade, dois fatores que vão levar a um crescimento menor. Então nós de fato esperamos que o crescimento seja mais baixo, mas isso não significa que a **inflação** será mais alta. O nosso cenário base é que a **inflação** recuará para as metas dos bancos centrais em 2024 ou 2025, a depender do país.

Valor: Na conferência do BC, a sra. disse que há poucos precedentes históricos, se é que há algum, de a **inflação** cair de níveis muito altos sem uma desaceleração econômica significativa. Isso significa que temos de esperar uma desaceleração mais forte da atividade tanto em países desenvolvidos como nos emergentes como o Brasil?

Gopinath: Este tem sido um período muito único. Nós nunca tivemos esse tipo de pandemia que vimos recentemente, em 2020. E, claro, há também a guerra na Ucrânia. Com isso, há desafios únicos desta vez. Esse é o motivo pelo qual mantemos aberta a possibilidade de que pode haver uma correção suficiente da **inflação** sem uma desaceleração significativa, mas seria muito atípico historicamente. As possibilidades estão para o lado negativo. Nós podemos ter uma piora da atividade maior. E também

é possível que os juros tenham subir mais para reduzir a **inflação**, o que obviamente levaria a uma desaceleração mais significativa do crescimento ou mesmo a uma contração.

Valor: Nesse cenário, para a **inflação** voltar aos níveis pré-pandemia, teremos que assistir uma desaceleração econômica mais forte?

Gopinath: O nosso cenário base é que há um caminho estreito para a **inflação** cair para os níveis anteriores à pandemia sem uma recessão profunda em muitos países, incluindo os EUA. Há um caminho estreito para evitar uma recessão neste ano. Mas, dito isso, há bastante incerteza em torno da nossa projeção e as possibilidades são mais para o lado negativo do que para o lado positivo.

Valor: A sra. alertou várias vezes sobre os riscos de fragmentação geoeconômica desde o ano passado. Quão graves são esses riscos hoje, mais de um ano depois do começo da guerra e mais de três anos após o começo da pandemia da covid-19?

Gopinath: Nós estamos muito preocupados com as consequências das tensões geopolíticas sobre a integração econômica. A pandemia causou preocupação sobre a resiliência das cadeias de oferta, mas, ainda mais importante, a invasão da Ucrânia pela Rússia fez os países ficarem ainda mais preocupados em relação à segurança econômica e à segurança nacional. Há um bom motivo para os países quererem diversificar as fontes de onde conseguem os seus suprimentos. É importante, porém, que isso não leve ao protecionismo ou a um descolamento sério da economia global. Essa é uma preocupação. Nós fizemos uma análise mostrando quais seriam os custos de um descolamento severo, por exemplo, no comércio, e isso reduziria o **PIB** global em 7% de modo permanente, o equivalente a perder as economias da França e da Alemanha. Então esses são custos substanciais. Ainda não se vê a fragmentação nos dados do comércio, mas certamente se vê em termos de preocupações levantadas ao redor do mundo por empresas e a atenção dispensada aos riscos de fragmentação. E nós temos visto as barreiras comerciais em alta. Tudo isso pode enfraquecer a integração econômica.

Valor: Quão preocupados devemos ficar sobre a crise do teto da dívida nos EUA? Até alguns anos atrás seria inconcebível pensar num calote dos EUA. A sra. acha que isso é uma possibilidade real? Quais seriam as consequências de um default dos EUA?

Gopinath: É absolutamente crucial que isso seja resolvido o mais rápido possível, que todas as partes relevantes se reúnam e cheguem a uma solução que

evite qualquer tipo de default dos EUA. Seria catastrófico se ocorresse, para os EUA e para o resto do mundo. Nós temos esperança e aguardamos que isso seja resolvido em breve.

Valor: Os mercados emergentes estão preparados para enfrentar uma nova era de juros mais altos nos países desenvolvidos?

Gopinath: Comparados a algumas décadas atrás, os mercados emergentes estão numa posição melhor para enfrentar esses choques. Eles têm arcabouços mais fortes de políticas. Vários adotaram o regime de metas de **inflação**. Eles têm independência do banco central e arcabouços fiscais mais saudáveis, e muito foi feito para fortalecer a estabilidade financeira. Tudo isso os ajudou a suportar os choques que enfrentaram. Mas isso não significa que eles estejam completamente isolados. E, como eu aconselharia todos os países, é muito importante permanecer muito vigilante, especialmente sobre estresses que podem afetar o sistema financeiro.

Valor: O governo brasileiro apresentou o novo arcabouço fiscal há algumas semanas. A sra. acha que a nova regra fiscal vai ajudar a estabilizar a relação entre a dívida e o **PIB** e reduzir as incertezas fiscais?

Gopinath: Em primeiro lugar, nós apoiamos fortemente o compromisso do governo em melhorar a posição fiscal do Brasil. Como dissemos no **comunicado** à imprensa [referência à nota divulgada na terça-feira, com a conclusão da visita da missão do FMI ao Brasil neste ano, que faz um raio X sobre a economia do país], nós vemos a possibilidade de mais ambição em termos de haver um período mais longo de consolidação fiscal que vá além de 2026, o que poderia colocar a dívida numa trajetória firme de queda. O arcabouço fiscal que o governo está propondo é muito útil para dar credibilidade à sustentabilidade da dívida, e também para ajudar no ambiente atual de **inflação** alta.

Valor: Mesmo se o arcabouço se concentra mais em elevar as receitas do que em controlar as despesas?

Gopinath: As autoridades ainda estão trabalhando em diferentes partes da legislação. Mas deixe-me ressaltar o que seria um ponto realmente significativo: a reforma da tributação indireta [uma referência à reforma que envolve **impostos** como IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS]. Se for aprovada, será uma conquista expressiva.

Valor: A **reforma tributária** pode ser um divisor de águas para o Brasil?

Gopinath: A reforma dos **impostos** indiretos seria uma um divisor de águas para o Brasil. Ela simplificaria o sistema tributário e tem a capacidade de aumentar o crescimento potencial. Então, pelos dois motivos, seria um resultado significativo.

Valor: Essa reforma pode também ajudar a elevar receitas e contribuir para o governo cumprir as metas fiscais?

Gopinath: A reforma dos **tributos** indiretos é em princípio desenhada para ser neutra do ponto de vista das receitas, mas pode ajudar a trazer receitas adicionais, por causa do impacto positivo esperado sobre o crescimento potencial do país.

Valor: O Brasil passa por um período de baixo crescimento desde 2014, enfrentando uma recessão severa em 2015 e 2016. O que o Brasil deve fazer para crescer a taxas mais altas de modo sustentável?

Gopinath: No caso do Brasil, um fator que pode ter um papel muito importante é a transição verde. O Brasil está realmente fazendo um trabalho impressionante na transição verde, colocando-se como um líder nessa área. E, dada a importância da energia limpa na matriz energética no Brasil, a sua vantagem comparativa em produzir energia solar e eólica, o país está numa posição boa como potencial de fornecer produtos verdes para o mundo, de se tornar um centro de produção manufatureira de bens verdes. Essa seria uma maneira de elevar o crescimento potencial. A segunda é melhorar habilidades e a qualidade da educação, o que sempre acreditamos ser essencial para aumentar o crescimento da produtividade. E eu sei que o governo também está muito focada em reduzir a pobreza e a desigualdade, que são passos muito importantes que eles estão tentando tomar.

Valor: Há um mês, a sra. tuitou que o banco central brasileiro apertou a política monetária apropriadamente para reduzir a **inflação**. Os juros brasileiros estão em níveis elevados, a economia está desacelerando e a **inflação** está perdendo fôlego, mas segue acima da meta e das expectativas para este ano e para os próximos. Em que medida o novo arcabouço fiscal pode ajudar a controlar as expectativas de **inflação** e abrir espaço para um ciclo de queda de juros?

Gopinath: Nós apoiamos fortemente o compromisso das autoridades a melhorar a posição fiscal do Brasil. Nós notamos que o plano de reduzir o déficit primário e ter um superávit primário de cerca de 1% do **PIB** em 2026, o que ajudaria a reduzir as pressões inflacionárias e também ajudaria na sustentabilidade da dívida. Isso seria um passo muito útil.

Valor: E essa trajetória para o resultado primário é realista?

Gopinath: É o que o governo propôs e eles têm tomado medidas para serem consistentes com essa trajetória. Como nós dissemos no **comunicado** à imprensa, nós vemos espaço para uma ambição um pouco maior a esse respeito. Pode haver outras medidas de apoio, como ampliar a base tributária, para ajudar a elevar receitas, e nas despesas obrigatórias, o componente do gasto que tende a ser rígido no orçamento.

Valor: A Argentina enfrenta mais uma vez uma **inflação** muito alta e uma moeda em desvalorização acelerada. O que a Argentina pode fazer para enfrentar essa crise e como o FMI pode ajudar a Argentina?

Gopinath: A Argentina atravessa um período desafiador. Há muita fragilidade na economia. A grave seca complicou a situação ainda mais. Nós estamos trabalhando muito de perto com as autoridades para restaurar a estabilidade macroeconômica. Dada as circunstâncias, são necessárias políticas mais fortes de sustentabilidade fiscal e também para aumentar o volume de reservas. Os dois fatores ajudarão a reduzir a **inflação** na Argentina. Nós trabalhamos muito de perto com parte da quinta revisão do programa [do FMI com o país vizinho]. Nós também ajustamos as metas para as reservas, reconhecendo o impacto da seca. Nós estamos em consultas próximas e nossas equipes técnicas estão trabalhando juntas.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/19/reforma-tributaria-pode-ser-divisor-de-aguas-para-o-brasil-diz-numero-2-do-fmi.ghtml>

Brasil tem a maior carga de impostos da América Latina e do Caribe

Rosana Hessel

O Brasil tem a maior carga de **impostos** da América Latina e do Caribe, de acordo com um relatório sobre estatísticas tributárias para a região elaborado pela Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), conhecido como o clube dos ricos

Conforme dados do levantamento, com base em dados de 2021, enquanto a média de **tributos** cobrados pelos países latino-americanos ficou em 21,7% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o peso dos **impostos** sobre o **PIB** do Brasil foi bem maior, de 33,5%, o mais elevado entre as 25 nações pesquisadas. Barbados e Argentina completam o pódio, com taxas de 31,9% e de 29,1% do **PIB**, respectivamente. Os dados argentinos, no entanto, foram baseados nos informe das províncias. Na lanterna, o Panamá registrou a menor carga tributária, de 12,7% do **PIB**.

O estudo da OCDE, de 221 páginas, mostra ainda que a arrecadação dos países da região voltou ao nível pré-pandemia em 2021, em meio a uma recuperação econômica e ao aumento de preços de commodities. O relatório mostra que 18 das 25 nações listadas registraram aumento da carga tributária e queda nas sete restantes: Santa Lucia, Uruguai, Panamá, México, Barbados e Guiana.

O crescimento médio, em pontos percentuais, da carga tributária em relação ao **PIB** foi de 0,8 ponto percentual. A liderança de aumento ficou com Belize (5 pontos percentuais), seguido por Chile (2,8), Peru (2,4) e Brasil (2,4). A maior queda no índice de carga tributária foi observada na Guiana, de 4,5 pontos percentuais.

Carga pesada

Essa carga de **impostos** pesada contribuiu para o fato de o Brasil crescer muito pouco historicamente, porque a maioria dos ajustes fiscais foram feitos, em grande parte, via aumento de **tributos**. Como as políticas públicas e os subsídios nunca foram devidamente avaliados e revisados, o governo busca gastar mais para atender aos lobbies de políticos, empresas e sindicatos fortes, que conseguem reajustes acima da média, e até mesmo aos militares, que foram

agraciados no governo Jair Bolsonaro (PL) com regalias como teto salarial duplex. Logo, uma **reforma tributária** ajudaria a dividir melhor o peso dos **impostos** sobre os ombros dos brasileiros, sem falar na simplificação do emaranhado tributário que existe e que desanima muitos empresários nacionais e estrangeiros a investirem no país.

De acordo com uma estimativa que vem sendo constantemente citada pelo economista e secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, a aprovação da reforma ajudaria o país a aumentar o **PIB** potencial de 12% a 20%, em uma década.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/05/5095553-brasil-tem-a-maior-carga-de-impostos-da-america-latina-e-do-caribe.html>

Haddad diz contar com reforma tributária e que zerará déficit com arcabouço

Do UOL, em São Paulo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse hoje que o arcabouço fiscal e a **reforma tributária** devem ajudar o governo federal a zerar o déficit primário em 2024. Declaração foi feita em entrevista à CNN.

Haddad explicou que o objetivo da equipe econômica é revisar o gasto tributário. O ministro defendeu cortar 1.5% desse gasto como um caminho para zerar o déficit primário em 2024.

O ministro defendeu o corte de 6% do **PIB** (Produto Interno Bruto) do Brasil como um dos caminhos para equilibrar compromisso de responsabilidade fiscal e de redução sustentada do déficit. São 6% de favores que o Estado está fazendo para algumas empresas. Vamos rever benefícios que foram dados, muitas vezes, legitimamente no passado, mas que perderam a funcionalidade. Então vamos rever um quarto disso, o que dá 1,5% do **PIB**, explicou.

Haddad destacou que a expectativa do governo é que o déficit na casa de 0,5% do **PIB**, desse ano, seja seguido de superávits de 0,5% e 1% nos anos de 2025 e 2026, respectivamente.

O ministro também defendeu também que a **reforma tributária** está entre as principais prioridades do governo. Ele também defendeu que o Congresso está pronto para votar a pauta e falou sobre como o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) pode impactar positivamente a economia.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/05/18/haddad-economia-regra-fiscal.htm>

Lira dá como terminado compromisso com Lula após ajuste fiscal e tributário

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem dito aos aliados que o compromisso de apoio a projetos prioritários do governo, assumido com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), termina em julho.

A partir daí, ou o Planalto muda o relacionamento com a base de apoio no Congresso, ou terá grandes dificuldades pela frente.

Julho é apontado como o turning point para essa mudança porque é quando Arthur Lira prevê que estará aprovada a **reforma tributária**. O projeto faz parte das prioridades acertadas entre ele e o presidente da República.

Ontem foi aprovado o regime de urgência para a votação de outra prioridade: do marco fiscal. Na quarta-feira, 24, o projeto deverá ter seu mérito votado e aprovado. Na semana seguinte, será apresentado o parecer do relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), ao projeto de **reforma tributária**. O texto terá todo o mês de junho para discussão até ser aprovado.

A outra prioridade que Lira havia acertado com Lula foram os projetos que permitiram a transição do governo Bolsonaro para o de Lula, com verbas para o Bolsa Família, para o reajuste do salário mínimo e a reorganização da Esplanada dos Ministérios.

Nas contas do presidente da Câmara, todos esses projetos foram votados sem que a base parlamentar do governo tivesse os votos necessários. Foram seus aliados que garantiram a aprovação.

Nesta quarta-feira, por exemplo, na votação da urgência para o marco fiscal, foram 367 votos a favor e apenas 102 contrários. Os aliados do presidente da Câmara calculam que, no máximo, o governo obteria 252 votos. Pelo menos 115 foram acrescentados por esforço pessoal de Arthur Lira.

Para Lira e seu grupo, a mudança no relacionamento do governo com o Congresso passa também por uma **reforma ministerial**. A mudança deve incluir, principalmente, a área de comunicação e de articulação política do governo, assim como os representantes do União Brasil na equipe ministerial.

Não há nenhum sinal do presidente Lula de que ele

pretenda satisfazer integralmente os desejos de Lira e seu grupo.

Os articuladores políticos do governo defendem que, se Lula entregar os anéis, logo o centrão vai querer não só os dedos como o corpo inteiro do governo. Foi o que aconteceu com o ex-presidente Jair Bolsonaro .

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/tales-faria/2023/05/18/lira-da-come-terminado-compromisso-com-lula-apos-ajuste-fiscal-e-tributario.htm>

Alckmin defende que reforma tributária precisa sair ainda em 2023

Victor Correia

Representantes do Poder Executivo e do setor produtivo defendem que 2023 é a janela de oportunidade para a realização de reformas que melhorem o cenário econômico brasileiro. Ontem, o presidente em exercício, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), afirmou que, se o Parlamento não aprovar a **reforma tributária** neste primeiro ano de governo, passou. Alckmin assumiu a cadeira da presidência com a viagem do mandatário, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para participar da cúpula do G7 no Japão.

O presidente em exercício discursou na abertura do 1º Fórum de Competitividade, evento realizado em Brasília pela Frente Parlamentar Brasil Competitivo, que reuniu empresários, parlamentares e autoridades do governo.

Estou otimista. Acho que está maduro o projeto de **reforma tributária**. Reformas têm de ser aprovadas no primeiro ano. Se perder o primeiro ano, passou. Ela não é uma obra acabada e perfeita, mas vai ajudar muito. A mudança trará simplificação, eficiência econômica e ajudará nas exportações, avaliou Alckmin.

Para ele, que também chefia o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), o acúmulo de tributações é um dos fatores que prejudica a competitividade das empresas brasileiras, e será resolvido com a aprovação da reforma. Alckmin também ressaltou a importância de se aprovar o novo arcabouço fiscal, que teve seu requerimento de urgência acatado ontem pela Câmara dos Deputados.

Essa também é uma proposta importante. A **inflação** está em queda, atualmente em 4,2% ao ano, e deve ficar abaixo de 4%. Números menores que os dos Estados Unidos, da Europa. Isso deve levar a uma redução de juros, disse Alckmin. Ele considerou que, com ajustes na economia, o país tem potencial para atrair investimentos no agronegócio e na mineração, por exemplo, mas especialmente na indústria e nos serviços, cuja produção tem maior valor agregado.

Nova Abordagem

O presidente e um dos fundadores do Fórum

Econômico Mundial, o economista Klaus Schwab, esteve em Brasília ontem e participou como o principal palestrante do Fórum de Competitividade, organizado pela Frente Parlamentar Brasil Competitivo. Em sua fala, Schwab avaliou que o Brasil tem a oportunidade, nos próximos anos, de liderar uma nova abordagem de desenvolvimento no mundo.

Com o Brasil assumindo a presidência do G20, em 2024 - e esperamos que, em 2025, assuma a presidência da COP (cúpula das Nações Unidas para o meio ambiente) também -, há uma grande oportunidade para demonstrar ao mundo a liderança em fomentar uma nova abordagem para o desenvolvimento, baseada em uma mistura única de empreendedorismo, que gera prosperidade, cuidado das pessoas e proteção do país, discursou o economista.

Para Schwab, as mudanças políticas, tecnológicas, sociais e de negócio que ocorreram nas últimas décadas exigem abordagens fundamentalmente novas pelos países, sociedades e atores econômicos. Ele também defendeu um novo conceito para a competitividade, definindo como prioritária uma alta produção, mas também melhorando a qualidade de vida das pessoas e protegendo o meio ambiente. Em sua visão, esse é o novo modelo econômico que deve se instalar nos próximos anos.

Entre os presentes no evento estavam a secretária de Competitividade e Política Regulatória do Mdic, Andrea Macera, o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), o presidente do Conselho do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, e o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP).

Rogério Caiuby, conselheiro executivo do MBC

O sistema tributário é um dos principais elementos do Custo Brasil. Como vê a discussão atual sobre a reforma?

A atual proposta é resultado da discussão que a gente vem tendo há muito tempo. Ela tem enormes desafios para que seja aprovada, mas já se chegou a alguns consensos, como tornar o sistema tributário mais simples. O setor produtivo gasta 62 dias por ano para honrar os seus compromissos com a tributação. Na média dos países da OCDE, são seis dias.

Quais outros fatores contribuem para o cálculo desse indicador?

O capital humano, sozinho representa quase 20% do Custo Brasil. O fator que mais dificulta, é a baixa qualificação da mão de obra. A baixa qualidade do ensino no Brasil, desde o básico, representa 8% do Custo Brasil. As empresas têm que investir R\$ 158 bilhões por ano nos seus profissionais. E falta ensino técnico. Na Inglaterra, Alemanha, a penetração (do ensino técnico) chega a 45%, 50%. No Brasil, mal chega a 11%.

E na infraestrutura?

Na infraestrutura, são dois aspectos. Um, é o acesso à banda larga. A gente conseguiu avançar nos últimos quatro anos - saímos de 14%, 15%, para quase 20%. Agora, com o 5G, isso pode continuar crescendo. Esse fator é fundamental para a transformação digital do setor produtivo, não só do governo. No custo logístico, o Brasil andou de lado. Muito se fez na contratação de novos projetos, mas isso leva tempo para efetivar. Foi aprovado recentemente (em 2022) o Plano Nacional de Logística que, se sair do papel, trará maior participação dos setores ferroviário, marítimo, e hidroviário.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/05/5095300-alckmin-defende-que-reforma-tributaria-precisa-sair-ainda-em-2023.html>